

104ª SESSÃO ORDINÁRIA 28OUT2015

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Conforme acordo das Lideranças, em votação Requerimento para inverter a ordem dos trabalhos, iniciando a Sessão pela Pauta Especial. Após retornamos à ordem normal. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Cláudio Janta (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Maurício Berzagui Gandon, motorista de táxi da nossa Cidade, que, nesta noite, foi assassinado com sete tiros.

O Sr. João Carlos Nedel (Requerimento): Sr. Presidente, eu queria incluir o falecimento de Karin Vom Endt.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Passamos à

PAUTA ESPECIAL

O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, hoje pela manhã tivemos audiência pública na Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul para apresentação do Orçamento de 2016. Estiveram presentes o Secretário Jorge Luís Tonetto e a Secretária Izabel Matte, que apresentaram alguns detalhes do nosso Orçamento.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
104ª Sessão Ordinária 28OUT2015

No Orçamento para 2016 houve um pequeno aumento de aproximadamente 7%, ou seja, menos do que a inflação. O Orçamento é de R\$ 6.607.472.212,00. É um valor elevado, no entanto, ele é extremamente equilibrado, muito ajustado.

Está prevista uma receita de IPTU, na ordem de R\$ 438 milhões; de ISSQN, R\$ 973 milhões; e de ITBI, R\$ 279 milhões. Também um repasse do ICMS de R\$ 912 milhões e do Fundo de Participação dos Municípios de R\$ 252 milhões.

O gasto em pessoal está na faixa de 46,2% do Orçamento. É o valor mais alto do nosso Orçamento, praticamente 50%, Ver.^a Lourdes Sprenger. É claro que não estão aí os repasses para terceirizados, os convênios, uma série de coisas que são subcontratadas.

É um Orçamento equilibrado, mas nos traz duas preocupações. Primeiro, a queda do retorno do ICMS. Por quê? Porque Porto Alegre passa, e já vem de muito tempo, por um sistema de queda da industrialização, uma desindustrialização. Porto Alegre é uma Capital forte em serviços e não em indústria. É claro que temos a nossa indústria de tecnologia, de informática, de tecnologia da informação, também de química fina – detalhe que não são poluidoras e são consideradas indústrias. Além de tudo, também há uma queda na geração de ICMS do próprio Estado, pela desaceleração da economia. Isso nos preocupa muito para o ano de 2016, já que o Orçamento da União tem um déficit de R\$ 51 bilhões para o ano de 2016 e o Orçamento do Estado, também, acima de R\$ 6 bilhões de déficit para o ano de 2016. Isso nos leva a ter preocupações importantes com relação ao ano de 2016. E sabemos que o andar normal da economia permite elevação de despesa, e a receita é muito difícil de ser operacionalizada.

Outra coisa que nos preocupa é realmente a queda do Fundo de Participação dos Municípios. Porto Alegre, a cada ano, vem recebendo menos de retorno do Fundo de Participação dos Municípios. Por quê? Porque, justamente, as desonerações fiscais do Governo Federal recaem somente sobre receitas que têm um grande percentual de repasse para os municípios. Ora, se diminuem essas receitas federais que são repassadas em parte para os municípios, diminui também o repasse para as prefeituras, e isso nos exige muita preocupação e também muita precaução para a aplicação responsável do dinheiro público.

Então, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós temos que ter extremo cuidado com a aplicação dos recursos públicos e com a nossa função fiscalizadora, que hoje é da maior importância fiscalizar a aplicação correta dos recursos públicos. Essas eram as minhas

observações. E devo dizer que está prevista uma aplicação em educação de 25,41% das receitas líquidas; 19,40%, em saúde. Ver. Pujol, V. Exa. que é doutor no assunto, a nossa obrigação é de 15%, no entanto, com as dificuldades dos repasses federais e estaduais, o Município tem que bancar mais para investir na saúde. Também na assistência social, Ver. Kevin Krieger, V. Exa. que é especialista no assunto, está prevista uma aplicação de 6,2% das receitas públicas. Isso vem sendo investido sempre gradativamente, mas sempre em crescimento.

Sr. Presidente, essas eram as minhas observações sobre o Orçamento de 2016.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu fiz questão de ser um dos primeiros a falar sobre o assunto do Orçamento, especificamente sobre a audiência que ocorreu hoje na CEFOR, da qual eu não consegui participar, no início, em razão da reunião da nossa CPI, que, pela terceira vez, não ocorreu por falta de quórum, mas esse é um assunto que nós vamos tratar em outro momento. Então, eu gostaria de retomar o assunto que levei à CEFOR e expus à Secretaria e aos demais Vereadores.

Meus senhores, meus prezados colegas Vereadores, eu tenho muita dificuldade em aceitar essa ideia, essa prática de destinarem verba, dinheiro público para o Acampamento do Orçamento Participativo. Eu respeito os senhores que são adeptos do Orçamento Participativo, para mim, ele é um aparelho político. E, surpreendentemente, nós nos deparamos aqui com um encaminhamento do Executivo – e eu quero chamar a atenção dos Vereadores já que se trata de um encaminhamento do Executivo, então, por favor, os Vereadores que são da base podem se posicionar contrariamente, é um direito de cada um, agora, não venham dizer que não conhecem ou que não sabem, por favor! –, prevendo o seguinte no Orçamento de 2016: R\$ 100 mil para construção do piquete, do galpão de costaneira!

E é bom que V. Exa., Delegado Cleiton, esteja presente, porque vou falar, logo a seguir, sobre um assunto que tenho a certeza de que lhe interessa também, que é a previsão de

mais R\$ 50 mil para as atividades culturais. Eu tenho a certeza de que o Ver. Delegado Cleiton, que é da base do Governo, e que é, sim, líder de um dos piquetes que acampa no Acampamento Farroupilha todos os anos, o seu piquete faz atividades com as crianças. E eu gostaria que o senhor dissesse se recebe dinheiro público, porque eu sei que V. Exa. é um dos que não recebe dinheiro público. Como não bastasse, aí tem uma outra rubrica: R\$ 150 mil para oito piquetes. Se são 372 piquetes, Ver. Comassetto, por que a preferência por esses oito? E aqui tem piquete, DTG e CTG ligados a partido político. Por que vem isso do Executivo, discriminando os demais piquetes? Eu duvido que algum Vereador da base do Governo sustente ou defenda isso. Agora, por que está aqui? Estão jogando com a possibilidade de ninguém enxergar? É um evento cultural pelo qual nós temos o maior apreço, o maior respeito, agora, o Orçamento Participativo é um braço de Governo, o Acampamento Farroupilha tem nos seus princípios os fundamentos do culto às nossas tradições, o respeito à epopeia farrapa. Ou quem sabe os senhores vão me dizer que não vai sobrar dinheiro desse valor para pagar os ônibus para transitarem, para irem da Região Sul à Zona Norte levando os eleitores do Orçamento Participativo? Alguém tem dúvida? Então, Ver. Kevin Krieger, Líder do Governo, o senhor sabe que pode contar comigo, poucas vezes, voto contra os projetos do Governo, sou parceiro, não me incluo no grupo da oposição, por quem tenho o maior respeito e sou parceiro. Agora, por favor, Vereador – o senhor é o Líder do Governo –, como assim? De um universo de 370 piquetes, oito são bonitos, oito podem, oito têm direito de receber verba pública. E os outros?

Vamos combinar, essa desculpa eu já ouvi aqui: “Ah, o Piquete do Orçamento Participativo contempla tantas crianças.” E os demais piquetes, que já vêm fazendo esse trabalho com as crianças de forma gratuita? Agora levam o Orçamento Participativo para dentro do Acampamento com verba pública!

O Sr. Kevin Krieger: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do Vereador.) Caro Ver. Bernardino, como estou na Liderança do Governo, realmente ainda não tive tempo suficiente para analisar a LOA, mas dentro dessa demanda que o senhor está trazendo agora, vou, através da sua solicitação, fazer uma análise, conversar com o Governo e procurar lhe dar a resposta devida. Está bem?

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Muito obrigado. O mínimo, se for o caso, que os senhores devem fazer é contemplar a todos, não privilegiar os amiguinhos.

Ver. Delegado Cleiton, eu ainda tenho alguns minutos e gostaria de ouvi-lo. O senhor, como homem que tem uma liderança no Acampamento, que paga o galpão do seu piquete com recursos de cada um dos associados, o senhor ganha recurso público?

O Sr. Delegado Cleiton: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Não, Vereador, não ganho um tostão do Município. Não faço questão, eu faço ali por questões de respeito à tradição e por gostar.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Muito obrigado. Nós não podemos diferenciar se um é da oposição, do Governo; esse é um assunto que nós precisamos olhar de forma coletiva. São cerca de 370 e poucos piquetes. Por que somente sete ou oito estão contemplados? Ver. Elizandro Sabino, Presidente da CCJ, um dos piquetes é o Piquete Getúlio Vargas. Os demais estão na lista para os senhores acompanharem, prezados Vereadores, eu lamento, mas não é possível nós discriminarmos o universo de 60 e poucos piquetes, para beneficiar outros sete ou oito que têm ligação, sim, com o Orçamento Participativo! Porque eu recebi denúncia agora, há pouco tempo, sobre isso. Mas, infelizmente, as pessoas, muitas não têm coragem, e eu respeito, porque são ameaçadas ali sobre esses assuntos de ficar abrindo as informações, por terem recebido ajuda daqui ou dali. Só que agora veio no Orçamento, agora relaxaram, agora escreveram. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Delegado Cleiton: Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar aqui todos os funcionários desta Casa, hoje é Dia do Funcionário Público, e todos os funcionários da Câmara, inclusive eu, que sou funcionário estadual, pelo excelente trabalho que cumprem aqui nesta Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que está nas galerias; companheiro Toninho do Táxi, que está aqui hoje e veio nos fazer um pedido em nome da categoria; funcionários públicos, para os quais estendo aqui a homenagem que o Ver. Delegado Cleiton fez, bem como a nossa Central Sindical, no dia de hoje. Eu quero dizer, seguindo o raciocínio do Ver. Bernardino Vendruscolo, junto com o que Ver. Nedel disse, que realmente diminuíram os repasses da União, cada vez que o Governo faz as reduções de IPI, faz os seus agrados à indústria, reduz o Fundo de Participação dos Municípios. Mas o que o Ver. Bernardino disse aqui é bem verdade, a gente vê o Governo dizer que não tem dinheiro para algumas coisas, mas a gente vê acontecer algumas coisas desnecessárias. Ontem mesmo, fui a Passo Fundo, onde o nosso partido adentrou o Governo. Esta Casa já aprovou, Ver. João Bosco Vaz, duas Moções de Solidariedade ao Prefeito Luciano, porque ele não fez repasses para atividades como o carnaval e como o Acampamento Farroupilha, porque, para essas atividades, arrecadam da iniciativa privada. E nós estamos vendo isso na CPI aqui – arrecadam, e muito, da iniciativa privada e não precisam do dinheiro público. Não precisa arrecadar dinheiro público para fazer esses eventos, não precisa do dinheiro da Prefeitura que poderia investir em áreas de extrema importância, como a saúde e a educação, áreas em que sempre faltam recursos. São áreas para as quais nós apresentamos já emendas para manter os postos de saúde até as 22h. Em toda a LOA, nós estamos apresentando emendas. Este ano, nós vamos apresentar, de novo, uma emenda para ampliar o horário de algumas creches até as 22h. Então, ao invés de estar dando recursos para esses eventos, visitamos uma creche que funciona 24 horas, bem como as escolas públicas; todas elas têm ar-condicionado – todas as escolas do Município, públicas, têm ar-condicionado. Todas elas. Dinheiro que ia para esses eventos é aplicado nisso e uma creche que funciona 24 horas. E as creches do Município estão com horário estendido até a meia-noite para atender o povo, a população, porque trabalha.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Janta, até porque V. Exa. também é da CPI, eu vou lhe passar, logo mais, um documento fornecido pelo próprio Ministério Público, que trata do Ministério Público e do patrimônio público, onde eles dizem que verbas públicas para Orçamento Participativo no Acampamento Farroupilha é desvirtuamento de finalidade. Então, veja, se não

bastasse aquilo que nós estamos falando ao longo do tempo aqui, agora o Ministério Público se soma também nesta linha de que há um desvirtuamento das finalidades do próprio Acampamento e das questões do dinheiro público. Obrigado.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Isso foi um dos eventos que nós vimos. Nós já vimos vários eventos. Nós vimos, por exemplo, a Secretaria de Educação fazer um aporte de uma quantia elevadíssima para o Acampamento Farroupilha, sem necessidade nenhuma; vimos a Secretaria da Saúde fazer um aporte para o Acampamento Farroupilha, sem necessidade nenhuma, dizendo que estavam alugando um galpão para o Acampamento Farroupilha.

Nós achamos que o dinheiro público tem que ser investido na mobilidade, na saúde, na educação, na segurança, no cidadão. Eu acho que, para esses eventos, já são destinados locais públicos. São questões que, até agora, a gente não consegue entender. Quanto arrecadam os estacionamentos desses locais públicos? Esse dinheiro não vem para os cofres da Prefeitura! Quanto arrecadam alugando áreas públicas? Então, não precisam pegar dinheiro público, não precisam pegar dinheiro das Secretarias para fazer esses eventos. Esse dinheiro, com certeza, que tem a assinatura, lá no Orçamento do Município, poderia ser destinado a esses projetos, que são de extrema importância para a educação infantil, para formar cidadãos, para possibilitar às pessoas o acesso à saúde. Não se pode usar o argumento de que isso não é concedido porque não tem segurança ou porque as pessoas não vão usar. Como não vão usar, se as pessoas estão trabalhando e precisam de saúde?

Uma coisa sobre a qual nós reclamamos, nesta tribuna, e pedimos a sensibilidade do Prefeito: hoje, é dia do funcionário público e o feriado tinha que ser hoje, e não sexta-feira, com o feriadão, quando toda a população vai estar trabalhando, quando o comércio e os bancos vão estar funcionando. A Cidade vai estar funcionando, e a estrutura pública vai estar parada! Muitas pessoas vão estar trabalhando, mas as escolas, os postos de saúde, as UBSs, as creches vão estar fechadas sexta, sábado, domingo e segunda-feira, por quatro dias a Cidade não estará à disposição do seu povo. Por quatro dias a Cidade não estará disponibilizando essas questões que, para muitos, é o mínimo, mas para quem está na ponta, para aquela mãe que trabalha num posto, de vigilante, a mãe ou o pai que trabalham no comércio, os que ficam o dia inteiro em um táxi ou em um ônibus, que

trabalham na construção civil é importante saberem que seus filhos estarão na escola na sexta-feira; é importante saber que terá a consulta do posto de saúde para seu filho; é importante saber que a creche do seu filho vai funcionar na sexta-feira. Mas, não. Simplesmente voltou uma prática que tinha acabado em Porto Alegre, a de fazer feriados prolongados deixando a população, os que fazem a Cidade, em segundo plano.

O Sr. Reginaldo Pujol: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Janta, quero cumprimentar V. Exa. pelo seu pronunciamento e especialmente pela sua preocupação com relação aos postos de saúde. Recebo a informação da assessoria do Prefeito Municipal de que os postos de saúde, apesar do ponto facultativo, funcionarão normalmente na sexta-feira como nos demais dias da semana, dentro dos critérios previamente estabelecidos. Não fecharão os postos de saúde!

O SR. CLÁUDIO JANTA: Agradeço o apelo feito e atendido pelo Prefeito José Fortunati. Apelo feito ao Líder do Governo para que, na sexta-feira, pelo menos os postos de saúde funcionassem. O Governo mostrou-se sensível. Esperávamos que as creches também abrissem na sexta-feira. Mas os postos de saúde abertos já significam um avanço para os comerciários, os vigilantes, os rodoviários, os taxistas, os trabalhadores da construção civil que precisam que isso funcione. Com muita força, fé e solidariedade vamos lutar por uma cidade melhor e para que as pessoas possam usufruir dela. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Prezado Sr. Presidente; Colegas Vereadoras e Vereadores, eu tenho dito aqui, nesta tribuna, e volto, neste momento, para reafirmar um entendimento que tenho deste Legislativo. Este debate – discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias, discutir o Orçamento do Município de Porto Alegre – é um dos principais momentos que nós temos aqui na Casa. Ver Villela, o senhor já foi Prefeito e sabe que o Orçamento é a peça motora de toda a gestão pública. O que o Governo está propondo para o próximo ano é avaliar a sua aplicação neste ano. E eu quero aqui dar continuidade neste debate,

meus colegas Vereadores, num eixo principal que o Ver. Bernardino já trouxe, com muita preocupação, o que está acontecendo na cidade de Porto Alegre, neste momento, prezado Toninho, líder dos taxistas, e Clemente, nosso grande ator global da cidade de Porto Alegre, junto com a liderança do Jakubaszko, que nos dão o prestígio nesta plenária.

No eixo da gestão, que é a participação da sociedade, na estrutura pública de Porto Alegre, ou seja, através dos fóruns e dos Conselhos, Porto Alegre se tornou uma referência mundial como a Cidade da democracia participativa. E nós recebemos aqui, na segunda-feira, um documento assinado por mais de trinta lideranças, pedindo socorro. Socorro pelas suas vidas, socorro em defesa da democracia participativa, socorro em defesa à transparência da aplicação das verbas públicas. E nesse eixo, Ver.^a Lourdes, que luta pela causa animal, no debate aqui nesta Casa, nós precisamos analisar estas preocupações que as comunidades nos apontam.

Eu quero dizer que ontem, por contato e convite da Governança, fui conversar e levei o documento que nós recebemos. Não fui para discutir e nem defender acusações, fui para dizer que o processo da democracia participativa de Porto Alegre está sendo arranhado, dilapidado, está deixando de ser aquele processo que todos os Prefeitos... E há poucos dias, o Vice-Prefeito Sebastião Melo foi ao México falar do processo da democracia participativa. O representante das Nações Unidas veio a Porto Alegre e foi recebido com banda de música, para falar do Orçamento Participativo. Agora, esse dinheiro que é utilizado, que é a estrutura dos CARs, que os CCs, que os veículos são utilizados para defender as chapas que são coordenadas dentro do Governo; isso não é democracia participativa. Isso é um aparelhamento impositivo. E aí, essas lideranças que são protegidas pelo Poder Público Municipal, aqui nesse eixo, que é eixo da gestão, ameaçam outras lideranças, inclusive, de morte. Isso não pode continuar a acontecer.

Portanto, meus colegas Vereadores e Vereadoras, quero dizer que aqui no eixo da gestão, Toninho, tem o Conselho Municipal do Transporte. Agora, nós fizemos um debate aqui, nesta Casa, com a CUTHAB, com os Vereadores Janta, Cleiton, Casartelli, Cassio e Séfora, refizemos o convênio do GPS e do botão do pânico, e o Governo assumiu o compromisso de fazer funcionar. Funcionou? Não! Essa noite foi assassinado um taxista, que acionou o botão do pânico, aqui na Av. Protásio Alves, ou próximo do Centro, e o carro dele foi encontrada lá na parada 43, próximo a Viamão. O Secretário Estadual da

Segurança Pública, o Wantuir, assumiu o compromisso de que esse recurso aplicado no Orçamento do ano passado pela EPTC, para instalar esses sistemas, seria feito em parceria com a Brigada Militar e a Segurança. A pergunta que deixamos aqui quando discutimos o orçamento e a boa aplicação, porque nós discutimos e aprovamos recursos, é: por que não funciona aquilo que nós decidimos executar como tem que ser executado? Por que não funciona? Por que a rejeição à democracia participativa?

E o Secretário Valter foi para os jornais hoje dizer que a denúncia da comunidade, bem como a fala deste Vereador, é choro de perdedor e que as outras chapas também tinham cometido os mesmos erros. Se cometeram erros, anulem todas as chapas. Tem de haver transparência, democracia. O Secretário Busatto, ao defender o eixo da gestão participativa, que nós também defendemos, disse que os conselheiros acusados de irregularidades têm o aval e são protegidos. Quero dizer que as lideranças que aqui estão – ali está a Nídia, que não é do meu partido – assessoraram até bem pouco tempo Vereadores da base do Governo e estão revoltadas, denunciando que assim como está não pode continuar. Portanto, agora, na aprovação do Orçamento, nós temos que tirar a limpo: para que são utilizados esses recursos? Esses recursos não podem ser utilizados para o aparelhamento, para a proteção, para o desvio da finalidade da participação social e a fiscalização das verbas públicas. Nós temos que fazer isso no dia a dia.

Portanto, Ver. Bernardino, a denúncia que o senhor traz em relação à destinação dos recursos para a Semana da Farroupilha, visto o Orçamento, eu creio que, de imediato, nós já temos que fazer um Pedido de Informações e, ao mesmo tempo, incluir isto na sua CPI: por que algumas entidades são beneficiadas e outras não? – beneficiadas entre aspas. Por que algumas recebem dinheiro e outras não? Ver. Reginaldo Pujol, sempre fizemos um debate forte, sincero, honesto, e a política tem que ser analisada em todas as dimensões, e nós temos que fazer a nossa dimensão aqui. Não se trata aqui de querer acusar A ou B. Bom, se há irregularidades, temos que investigar. Quanto às obras: por que estão destruindo novamente todos os corredores da Bento Gonçalves, todos os corredores da Protásio Alves pela terceira vez? Qual o custo disso no Orçamento? Por que está malfeito? Por que não há obra, fiscalização e condução de gestão e de engenharia?

Portanto, neste momento em que estamos discutindo aqui o Orçamento do Município de Porto Alegre, temos que fiscalizar principalmente aquilo que deixou a desejar, conforme o que aprovamos no ano passado. Muito obrigado e um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir a Pauta Especial. (Pausa.) O Sr. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, não há dúvidas de que este período se destina a um debate muito especial sobre o Projeto de Lei do Orçamento do Município. Evidentemente que nós temos, ao longo do tempo, informado a respeito de posição, já há muito tempo assentada, a respeito de recessões que oferecemos à prática orçamentária neste País. Hoje mesmo nós vimos a discussão ser postilada por pronunciamentos que, a rigor, não dizem respeito à Peça Orçamentária. A discussão a respeito da legitimidade da atuação de vários agentes comunitários dentro do processo da democracia participativa estabelecida na Cidade, com muita frequência, permite algumas colocações que não são perfeitamente ajustadas à realidade do cotidiano. Nós não teríamos razão nenhuma, Sr. Presidente, de questionar quem quer que seja pela circunstância de que, em determinado momento aqui ou acolá, numa dessas manifestações da comunidade, a manifestação ser em contrário àquelas posições que nós sustentamos. Alíás, nós, há muito tempo, fazíamos uma crítica ao processo do Orçamento Participativo de que era utilizado como biombo, inclusive, para sustentar determinadas situações que esta Casa pudesse, eventualmente, contrariar. Hoje, entendo o seguinte: a vontade do Orçamento Participativo deve ser respeitada naquilo que lhe convier. Por isso, quando se colocam determinados itens num orçamento, Ver. Bernardino Vendruscolo, com os quais, eventualmente, nós venhamos a discordar, nós temos todo o direito, enquanto Vereadores desta Casa, dele discordar e, se for o caso, providenciar emendas ao Orçamento, no sentido de retirar determinadas dotações que, no nosso entendimento, no caso inclusive de V. Exa., já manifestado em ocasiões anteriores, com determinadas dotações que decorrem de demandas do Orçamento Participativo que, em princípio, pela vontade do Sr. Prefeito Municipal e agasalhado na Peça Orçamentária,

pág. 11

mas que a Câmara não tem necessariamente a obrigação de homologar essas posições, podendo com elas concordar ou com elas discordar. No particular, por exemplo, sem querer estender a discussão, eu concordo e o Ver. Bernardino Vendruscolo discorda; oportunamente, vamos discutir esse assunto, no momento em que, provavelmente, ele proponha a retirada dessas emendas que foram propostas e incluídas no Orçamento. Repito, por uma imposição da democracia participativa, de uma demanda aprovada no OP e que foi agasalhada pelo Sr. Prefeito Municipal na sua proposta orçamentária, e que não precisa ser acolhida por todos nós. No caso concreto, repito: o Ver. Bernardino Vendruscolo discorda e eu concordo. Ele tem as suas razões; oportunamente, eu apresentarei as minhas razões.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V.Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Primeiro, quero agradecer o aparte. Para ficar bem claro, nós vamos ter outros momentos, mas eu tenho muita dificuldade de aceitar a ideia de que, de um universo de 370 e poucos piquetes, o Executivo escolha sete ou oito para serem beneficiados e os outros não. Essa é a minha dificuldade, que é muito grande, sem contar, evidentemente – aí é um outro discurso –, se cabe ou não fazer investimento público nos eventos. O senhor sabe que eu sempre fui um incentivador de que nós temos que fazer todo o possível para que as nossas festas públicas, vamos dizer assim, os nossos eventos públicos ocorram, pois eles fazem parte desta Cidade. Mas escolher um aqui e outro lá para premiar, eu tenho muita dificuldade em concordar.

O SR. REGINALDO PUJOL: Perfeito, Vereador, eu agradeço o seu aparte, muito elegante, diga-se de passagem, que simplesmente situa bem este fato: formas diversas de verificar e de olhar determinadas situações; isso, naturalmente, determina que nós tenhamos que ter uma posição clara a respeito de determinados temas, e isso vai ser devidamente enfrentado quando chegar o momento oportuno. Desde o começo eu disse que não pretendo aproveitar, neste momento, esse debate. Este debate é se o Orçamento da Cidade permite algum tipo de discussão alheia, se ele não nos aprisiona a esta situação. Nós temos absoluta certeza de que a Proposta Orçamentária enviada pelo Prefeito Fortunati para esta Casa tecnicamente é muito bem elaborada, surpreendentemente equilibrada, num País onde o desequilíbrio orçamentário é absoluto.

Hoje mesmo, os jornais acrescentam de forma explícita, até em manchetes, que já se vê no Orçamento da União deste ano problemas; faltando ainda um trimestre, há mais de R\$ 50 bilhões de déficit orçamentário, o que demonstra a existência de uma Peça Orçamentária mal elaborada, o que enseja uma dificuldade de execução a toda prova.

Eu sustento que a proposta do Prefeito Fortunati é ajustada à realidade econômica do Município e pode, aqui ou acolá, oferecer algum tipo de discordância, que ensejará debate, discussão, emendas, subtrações, se for o caso, e substituições ou acréscimos. Vai depender muito das posições da Casa, mas, no que concerne à boa organização da Peça Orçamentária, não há que se oferecer reparos.

A decisão do Prefeito de agasalhar ou não das demandas do Orçamento Participativo é uma decisão política do Prefeito, que se comprometeu com isso e procurou honrar este compromisso. Esta decisão do Prefeito de honrar este compromisso pode e deve ser partilhada pela maioria da Casa ou não. E, se não o for, ele estará cumprindo com a sua proposta, aceitando a deliberação da Casa, que, dessa forma, estará desautorizando o mesmo no que diz respeito ao acolhimento das demandas do OP. Assim, Sr. Presidente, irei, oportunamente, enfatizar, demonstrar, no caso concreto já aqui comentado, as razões pelas quais eu não só concordo como apoio a Proposta Orçamentária do Sr. Prefeito no que diz respeito ao Acampamento Farroupilha.

Era isso, Sr. Presidente, que eu queria colocar, encaminhando e aproveitando o período preliminar de Pauta Especial, destinada à análise do Orçamento da Cidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos e a todas, estávamos participando, há alguns minutos, de uma reunião com promotoras de justiça e o Dr. Salz para tratar justamente do projeto do Parque Saint'Hilare. A Ver.^a Lourdes, outro dia, nos cobrou a audiência pública. Eu consegui a tempo uma ata da COSMAM. Pois bem, na reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente sobre o tema, no dia 4 de agosto deste ano, vou ler apenas os encaminhamentos: "sugerir uma reunião dos Vereadores de Porto Alegre em

Viamão para discutir o tema, por meio do Parlamento Metropolitano; solicitar posicionamento do Prefeito em relação ao assunto”. Então, quando a gente fala que já está em andamento a ideia, infelizmente, da construção de hospital veterinário, seria a justificativa principal dessa atitude do Município de delegar para Viamão uma área que hoje é de sua competência fiscalizar e cuidar da conservação daquele parque, nós pedimos aqui o posicionamento do Prefeito. Ainda que não tenha nada oficial em relação ao hospital veterinário, também não tem a negativa do Prefeito. Então, se juridicamente não existe hospital veterinário e nenhuma iniciativa, também não existe a negativa do Prefeito de que não se fará lá o hospital veterinário, o que seria já um erro pela distância, por estar em outro Município; o Prof. Alex, que é biólogo, pode explicar melhor, mas um hospital veterinário mexe com todo o ecossistema, inclusive os animais que se orientam pelo olfato podem causar uma série de transtornos dentro do parque, então é um tema complexo. E nós queremos insistir que, se é uma decisão política, essa decisão, no mínimo, tem que ser bem discutida com a sociedade. Aqui está um pedido da COSMAM de uma reunião, inclusive a Ver.^a Lourdes estava nessa reunião, aliás, sugeriu o tema – mais que estar na reunião ela sugeriu o tema –, nós encaminhamos para fazer uma reunião lá no parque, porque o parque, inclusive, tem instalações para realização de audiências com uma capacidade relativamente grande de pessoas. Então é um tema de interesse – inclusive do Presidente Mauro Pinheiro, que é um incentivador e protagonista – do Parlamento Metropolitano. Temos a ideia e se fala muito, nesta tribuna, que os problemas de Porto Alegre precisam ser resolvidos com uma conjugação de esforços da Região Metropolitana, e esse é um tema típico. Tem todo o interesse da cidade de Viamão e tem todo o interesse da cidade de Porto Alegre. Então, eu quero não ficar restrito àquele argumento. Vejam, é um projeto que tramitou aqui em comissões conjuntas e está sendo feito a toque de caixa o projeto. Nós, na segunda-feira, pedimos para ele não ser votado, ele está aqui novamente, é o primeiro na ordem de priorização, apesar de nós termos um acordo de que o primeiro projeto seria um de nossa autoria, o PLL nº 065/14, mas ele está como prioridade na nossa ordem.

Então, por ser um tema de grande interesse da Cidade, de extrema relevância, e a reunião que fizemos na COSMAM, logicamente, foi insuficiente, porque ali participam apenas Vereadores da Comissão, e tivemos a presença dos Vereadores Janta e Lourdes

na reunião, que também tinham interesse no tema. Eu acho que se há um momento propício para falar da participação popular o momento é este.

Na segunda-feira, o Ver. Comassetto trouxe o pedido de socorro da democracia participativa, então esperamos que o governo seja sensível, e, ao invés de rebater, analise os problemas que o Orçamento Participativo já tem escancarado há muitos anos, bem como as séries de denúncias apresentadas pela carta aqui.

Porto Alegre é, sim, uma referência em termos de participação, e os Vereadores da base não podem dar uma de rolo compressor. O Ver. Kevin Krieger não gosta dessa expressão, mas ela é o que acontece. Nós, os Vereadores de oposição, somos minoria e o que acontece é que os demais 28 Vereadores, tirando os Vereadores Janta, Bernardino e Tarciso, quando fecham a questão, não tem discussão. E isso faz com que paguemos um preço alto, porque, lá fora, cada vez mais, este Parlamento vem ficando sem legitimização. Nós aqui subimos à tribuna – não é o meu caso – para reclamar dos ataques e da criminalização da política, mas não temos o desprendimento para discutir a fundo os temas que precisam ser discutidos, como é o caso aqui do Parque Saint’Hilaire. Uma boa-tarde.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; Vereadores, público que nos assiste, vou usar o tempo de liderança do meu partido para falar de uma coisa que, nesta semana, está na imprensa, nos jornais. É uma coisa que vem acontecendo no Brasil, uma coisa da qual nós, trabalhadores, não podemos fugir, que vem no nosso contracheque, no nosso holerite, de que não escapamos todos os meses. A gente está vendo que os grandes tubarões brasileiros têm se beneficiado, que é a questão do Imposto de Renda. O povo brasileiro, o trabalhador brasileiro que ganha até R\$ 1.800,00, R\$ 1.900,00, não consegue escapar do Imposto de Renda. Quem ganha R\$ 4.900,00 paga a alíquota máxima de Imposto de Renda e não tem acesso à saúde, tem que ter um plano de saúde,

não tem acesso à educação, não tem acesso a nada neste País, mas os grandes tubarões cada vez mais enriquecem usando o dinheiro do povo. Houve, agora, a segunda fase da Operação Zelotes – aí vimos os bacanas que desfilam na mídia, desfilam na TV, desfilam nessas revistas de bacanas, aparecerem. Eles estão se especializando agora em aparecer algemados; eles já sabem andar em camburão, já sabem botar as algemas. Os bacanas tirando dinheiro do povo! Dizem que a Zelotes é, Ver. Pujol, quatro vezes maior do que a Lava Jato – aí a gente vê os caras comprando Medidas Provisórias, comprando o direito de legislar, o direito de incentivo fiscal, Ver. Villela. As reduções de IPI, que a gente ouve falar, as reduções que favoreceram a indústria automobilística, está lá o seu CAO, está lá a grande indústria que já foi, já era! Isso tem prazo de validade! Tem prazo ficar dando palestra para dizer como fica rico; só fica rico abrindo buraco. Isso não existe, isso é lenda urbana. Dizer que um cara que se criou nos grotões e ficou milionário sem dar rasteira em ninguém, é lenda urbana! E está provado aí, o Eike Batista, lá. É lenda urbana! Os empresários brasileiros só são empresários porque mamam nas tetas do Governo! Só são megaempresários porque tem um Governo para bancá-los. Porque eles não botam o deles no jogo, eles não arriscam como o trabalhador arrisca! O trabalhador arrisca! O trabalhador sai de casa e arrisca! O pequeno empreendedor pega as suas economias e arrisca! Agora, esses megaempresários que aparecem nessas revistas, que dizem que hoje estão no topo, arriscam com o nosso dinheiro – e está aí a Zelotes provando –, arriscam com o dinheiro do Governo, que é o nosso dinheiro! Eles não tiram dinheiro do bolso! Não são como o trabalhador, que pegou a sua indenização, Professor Alex, e aí não tinha mais oportunidade no mercado de trabalho, foi lá e abriu seu mercadinho, sua pequena empresa. Não, eles precisam mamar no Governo! E está a prova disso aí na Zelotes! Aí estão de bacana: terno importado, óculos de última geração, carrão. Com o nosso dinheiro! Têm que ir para a cadeia, mofar na cadeia, morrer na cadeia! Esses, sim, têm que morrer na cadeia, esses, sim, têm que pegar prisão perpétua, porque estão tirando dinheiro da saúde, estão tirando dinheiro do povo. Esses não merecem respeito de ninguém, porque estão tirando dinheiro do povo trabalhador, estão tirando dinheiro de quem sai, estão tirando dinheiro de quem tira suas poucas economias para montar uma empresa e gerar bastante emprego.

Com muita força, fé e solidariedade nós vamos mudar essa política que muitas vezes nos desonra. Mas nós ainda acreditamos na política séria, de pessoas que acreditam que este

Brasil vai se transformar, prevalecendo as pessoas que acreditam que com muita solidariedade, força e determinação o bem vai vencer o mal. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; boa tarde demais Vereadores e Vereadoras, colegas da Câmara Municipal, funcionários, público das galerias e público que nos assiste pela TVCâmara – e é bastante importante o papel que a TVCâmara cumpre aqui para o nosso trabalho do Legislativo. Quero falar que, nos últimos dias, tenho procurado dentro daquela perspectiva de trabalhar com a questão dos animais, não só na ponta contra o abandono e tentando tapar e puxar a colcha para o lado, tentando tapar o furo de anos e anos de abandono, que a gente vê diariamente, os mais diversos, como eu comento aqui: animais em estado terminal. Ontem, eu tive uma ligação da Praia Grande, do Estado de São Paulo, onde tinha, meu querido Ver. Reginaldo Pujol, um animal que estava, praticamente, do pescoço para baixo em ferida e sem pelo algum. Eu tinha me comprometido de ligar para o Prefeito da Praia Grande, porque a nossa causa transcende os municípios. E, graças a Deus, esse animal tinha sido, ontem à noite, resgatado por um protetor de lá – como eu costumo dizer, eles cumprem um papel, muitas vezes, de agentes públicos de prefeituras, de governos; são anjos em cada município.

Eu recebi também o caso do canil de Ijuí, que é muito triste a matéria que foi aberta sobre o canil de Ijuí, onde aparecia um animal com um osso exposto. Samuel, tua esposa que é veterinária deve ter visto este caso dentro do canil da Prefeitura: um animal com um osso completamente exposto, com a pele para fora, sem tratamento algum. E lá o Secretário me disse, depois de muita pressão, que eles estavam atendendo. Mas olhem o nível que a gente chega: tem que ter pressão para os agentes públicos se darem conta, pelo amor de Deus, do nível de sofrimento daquele animal.

E tenho ido, então, nas escolas, fui na Escola Emílio aqui, na Av. Ipiranga; fui na Creche Arco-Íris, ontem, onde falei com crianças de quatro a cinco anos sobre a importância de elas cuidarem e amarem os animais; e disse para falarem com seus pais, talvez, porque

as crianças ainda têm uma sabedoria que já foi perdida por muitos adultos. Incondicionalmente, dá para ver que as crianças se identificam com o animais e têm esse papel. E agora chega, na minha opinião, talvez, a grande vitória para os lutadores pelos animais. Aqueles que criticam o trabalho com os animais, a importância de trabalhar em defesa dos animais, estão, agora, questionado a construção de um hospital público municipal veterinário dos animais, Samuel. Eu não consigo entender que alguém aqui vá votar contra a construção desse hospital, porque aquele espaço não vai gerar custo nenhum para Porto Alegre, Nedel, não vai gerar custo nenhum para Viamão. Inclusive, Pujol, no futuro a gente possa fazer uma parceria com o Município de Viamão para atender os animais de Viamão. A SEDA tem uma verba de 0,10% do Município, que é mínima, e eu vejo algumas pessoas questionar isso, e tem uma conta a ser paga de anos e anos. Independentemente do que falam, hoje existe uma Secretaria dos Animais, que eu acho que tinha que ter em todos os municípios, porque os animais hoje são tratados, muitas vezes, nem por uma diretoria, é um indivíduo técnico que cuida dos animais que são recebidos. Tenho exemplos de muitos municípios, como o canil de Tramandaí, que é um dos piores canis que há no Estado. O canil de Tramandaí está abandonado, os animais ficam embaixo da água. Eu residi em Tramandaí e vi o abandono, porque o litoral é o maior local de descarte dos animais.

Quero dizer que hoje é um dia de vitória, pois vamos votar a liberação de um espaço do Parque Saint'Hilaire para a construção do hospital veterinário tão falado, tão aclamado e tão importante. Eu quero fazer um convite para quem não acredita a verem que são milhares de pessoas que todos os dias não têm para onde levar seus animais, Samuel. Tem gente que para na frente da SEDA e fica com os animais até morrer lá na frente. E não tem como atender a demanda. Tem gente que leva para a UFRGS, que era um custo mais acessível, e que hoje já não é mais tanto.

E eu quero dizer, neste último minuto, Ver. Paulo Brum, da importância de se votar "sim" hoje pelo hospital veterinário público. A importância de a população saber o que está sendo votado hoje – o tão sonhado hospital veterinário público. Eu quero confirmar para vocês que, em final de semana, depois das 18h e domingo, um animal atropelado em Porto Alegre ou no estado final de cinomose morre, porque não tem atendimento, Ver. Prof. Alex Fraga.

Eu quero agradecer e dizer que nós hoje temos que dar o “sim”, toda a Câmara Municipal, para aquele espaço tão sonhado do hospital veterinário público. Vai ser uma vitória não dos Vereadores, mas dos animais de toda a Cidade – uma vitória do amor!
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, com a permissão dos partidos de oposição, sem ter conversado com a Ver.^a Jussara, do PCdoB, que, neste momento, está envolvida em outra tarefa, eu quero aqui expressar a nossa posição, pelo menos acumulada até agora, de que nós não achamos que, na Cidade da participação direta e que se orgulha de aprofundar e radicalizar a democracia, seja possível votar em Regime de Urgência, sem um debate com a sociedade, sem um debate em todas as Comissões desta Casa, um projeto de tal magnitude, como esse que trata sobre o Parque Saint’Hilaire.

Peço permissão, Ver. Rodrigo Maroni – não sei se V. Exa. falava em nome do PCdoB ou em seu nome. A oposição, com o que acumulou até aqui, está defendendo, veementemente, que seja retirado o art. 81 e que seja feita uma audiência pública para que se explique e explicita todas as alterações supostamente acordadas com o Ministério Público. Na verdade, não podemos dizer que supostamente, porque o Ministério Público estava aqui e eram pessoas sérias. Há demandas sociais anteriores, tanto de regularização fundiária quanto de preservação ambiental, que não estão resolvidas e que não ficam explicitadas no atual projeto, que altera a dominância do parque.

Eu quero, aqui, em nome da história da cidade de Porto Alegre, dizer que ninguém vai perder nada por um mês de atraso nessa votação, se organizarmos uma audiência pública para todas as partes, para que se explicita, se projete, se fale quais são os princípios, para que a cidade de Porto Alegre saiba por que há essa mudança. Que os Vereadores da cidade de Viamão possam estar aqui, pelo menos a representação da sociedade e das ONGs que atuam na área do meio ambiente.

Direcionando-me ao Líder do Governo, quero dizer que essa é a nossa posição; é a mesma posição, Ver.^a Fernanda, Ver. Prof. Alex, Ver. Eng^o Comassetto, de quando nós

questionamos, demos voz e força aos conselheiros, ex-conselheiros e candidatos do Plano Diretor, que estão manifestando a sua inconformidade com as regras, com a forma como foi organizado o processo de eleição da representação nos conselhos do Plano Diretor. Nós não podemos conviver com uma falsa democracia. Chegam até nós denúncias de várias regiões de impedimento de participação, de carregamento através de vans, de grupos de idosos, de uso da máquina para a eleição da representação social no Conselho do Plano Diretor. Aqui na Região 1 foi impugnada uma chapa. Os nulos e brancos fizeram duas vezes mais votos do que a única chapa que foi mantida. A chapa eleita perdeu para brancos e nulos. Há documento expresso na segunda-feira, na Zona Sul da Cidade, de ameaça, de constrangimento, de troca de favores, uma situação bastante grave. Nós entendemos que a participação popular direta tem tensionamentos, em especial, no Plano Diretor e em todas as outras áreas, porque a sociedade está participando diretamente na definição das prioridades dos convênios de orçamento público. A tensão é normal, agora, ameaça de morte, constrangimento, impedimento, uso da máquina, a pressão sobre quem tem convênios, a troca, clientelismo, não é e não pode ser mais da cultura de Porto Alegre. Exatamente, a participação direta veio para substituir a privatização do Estado e a troca de favores e o clientelismo. Então a nossa posição é de mais democracia nos projetos que vamos trabalhar aqui. Um projeto da magnitude do Saint'Hilaire merece e precisa de audiências públicas e de comissões nos processos de eleições das representações sociais na discussão com o Estado.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, felizmente uma semana de sol, deu um alívio para as pessoas desabrigadas. Mas sobrou a lama. Depois da chuva, a lama continuou. Eu acordei hoje de manhã com a notícia de uma ação policial na CGTEE. É uma coisa impressionante! Não tem mais fim essa coisa de corrupção. Eu não sei os nomes das pessoas – até sei, mas não devo dizer porque foi só apenas a operação policial, hoje de manhã. Mais um órgão estatal que, ao invés de produzir energia com a força do carvão, produz e produziu uma grande operação policial.

Mas que coisa impressionante isso! Até aqui agora, começaram a bater nas nossas portas essas corrupções, que têm que ser no plural, porque não é mais corrupção, eles inventam um monte de coisas para tomar o dinheiro público.

Acho que está na hora, e o Ver. Janta falou muito bem aqui sobre a operação Zelotes de grandes empresários, de grandes, quase artistas da nossa imprensa, do dia a dia, ídolos empresariais metidos na Zelotes. Mas veja bem que a Zelotes também pegou um não tão famoso; só filho de um famoso. Filho de um homem muito famoso no Brasil e no mundo, principalmente nesse mundo popular, nas pequenas repúblicas. O filho desse homem famoso está envolvido em vender medidas provisórias. Vender medidas provisórias! E o Governo faz essas medidas provisórias e encaminha para o Congresso, com o nome de incentivo para as montadoras. Incentivo para as montadoras! Para o desespero do nosso colega Sgarbossa, o Governo Federal coloca e coloca carros na rua. E o Ver. Sgarbossa não quer deixar estacionar. Cada um com a sua. Mas o Governo do Ver. Sgarbossa, com a desculpa de incentivar a indústria automobilística, fez medidas provisórias, através de um lobista, filho desse homem poderoso, famoso, Luiz Inácio Lula da Silva. O filho dele comandava ou intermediava as medidas provisórias, Ver. Janta.

Esse nosso pessoal da construção civil, os comerciantes, os metalúrgicos, estão todos pedindo emprego, agora, porque, mesmo com todas essas falcaturias, a política governamental fez com que todos quebrassem. O Brasil está quebrado. Mas o que nós temos que lamentar aqui, hoje, além de outras coisas que estão acontecendo e serão notícias, é essa operação policial na estatal, que era para estar dando energia com a força do carvão, mas deu energia para uma grande operação policial. Eu não sei quem indicou essas pessoas, mas vocês podem fazer um *bookmaker* aí que vocês vão acertar. Vamos fazer um *bookmaker* e nós vamos saber quem são pessoas que geraram uma operação policial, aqui em Porto Alegre. E é operação Zelotes, Lava Jato, não sei mais o quê. Puxa vida, que triste lama que está correndo no Brasil, depois da chuva aqui no Rio Grande. É lamentável, mas eu ainda não perdi a esperança nas pessoas de bem que vão fazer essa virada. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Em nome do PSOL, eu queria trazer três temas a esta tribuna, Ver. Prof. Alex, meu colega. Primeiro, o tema para o qual eu havia me inscrito para falar a respeito, mas em função da presença dos Promotores do Ministério Público, perdi a minha inscrição na Pauta Especial, referente ao Orçamento de 2016. Eu poderia falar, mas em função do tempo, não dá para descrever cada um dos projetos importantes que tiveram verbas contingenciadas, o que tem demonstrado cada vez mais uma prática lamentável da Prefeitura de Porto Alegre em tratar a Peça Orçamentária como uma verdadeira peça de ficção científica, em que muitas ações importantes para a nossa população aparecem descritas, outras aprovadas por emendas da Câmara de Vereadores, que, depois, os recursos não são utilizados.

Fazendo uma consulta rápida, ontem, no tema, por exemplo, das políticas públicas para as mulheres, nós fizemos um relatório, na Comissão de Direitos Humanos, muito sério, falando dos equipamentos, Ver.^a Mônica, da rede de assistência às mulheres no Estado e no Município, com visitas, com recomendações muito claras. Uma das constatações foi de que boa parte dos recursos havia sido contingenciada. A recomendação com relação ao Orçamento de 2015 é de que o Governo não contingenciasse recursos, e nós temos até agora, final de outubro, menos de R\$ 150 mil gastos num total de R\$ 350 mil orçados para as políticas das mulheres, Ver.^a Sofia. Por mais boa vontade que tenha a equipe, nós estivemos no Centro Referência às Vítimas da Violência, reconhecemos o trabalho da Secretaria, mas sem recursos não existe política pública que possa avançar na busca ativa, na necessidade da notificação dos órgãos de saúde nos casos de violência contra a mulher, nas políticas permanentes de centralização do atendimento.

Outro tema importante a que tenho me atido nesses anos, aqui na Câmara de Vereadores, é a questão do livro e da leitura. Foram contingenciados R\$ 100 mil para a valorização das nossas bibliotecas escolares da Rede Municipal do Município. Eu, visitando as escolas, sei que falta computador, que falta equipamento, para ter políticas de leitura. E mais que isso: neste ano de 2015, saíram dois projetos, um do livro que vai ser publicado, com escritores, e o segundo do Bibliotáxi, comemorado pelo Governo. O Governo foi lá, bateu foto, um trabalho nosso do Plano Municipal – nosso, que eu digo, da Cidade de Porto Alegre –, um conselho gestor eleito, que lutou para ter o Plano Municipal do Livro e da Leitura. E que bom que foi o projeto do Bibliotáxi, mas agora, no

Orçamento, Ver. Alex, há R\$ 2 mil para o Programa Municipal do Livro e da Leitura. Caxias do Sul tem R\$ 400 mil. Porto Alegre vai destinar R\$ 2 mil para as políticas do livro e da leitura?! Uma Cidade, no contexto brasileiro, que tem uma dívida histórica com os leitores, no sentido de promoção, de ação para formadores de leitores, formação de mediadores, investimento nas bibliotecas públicas, investimento nas bibliotecas comunitárias, Ver. Alberto, que propôs aqui a pauta das bibliotecas. Eles estão propondo R\$ 2 mil no exercício de 2016?! É óbvio que vamos fazer emendas, como sempre faço como Presidente da Frente, com a assinatura de muitos Vereadores, a quem sempre agradeço, aos Vereadores que apóiam esta bandeira, Ver. Reginaldo Pujol, tenho certeza de que vamos ter a assinatura de muitos Vereadores para a emenda. Mas é um escândalo! Teria que ser uma emenda de R\$ 500 mil para se ter, de fato, efetividade nas políticas do livro e da leitura.

Por fim, concluo falando da questão da votação do Parque Saint'Hilaire. Eu não posso aceitar essa lógica autoritária de se votar um projeto que interfere na legislação municipal, que interfere na legislação estadual e que não passou por audiência pública com todos os envolvidos no processo. Porto Alegre, com o projeto, está abrindo mão de 240 hectares. Mas nós não queremos nem entrar nos méritos do projeto, porque o que é inadmissível é essa prática recorrente de achar que se pode suprimir os mecanismos de participação popular por majorias que se tem no Parlamento. Isso não terá o nosso apoio e terá a nossa denúncia sistemática na tarde de hoje e nos próximos dias.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): (15h47min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação o Requerimento nº 132/15, de autoria da Mesa Diretora. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLE nº 025/15. (Pausa.)

A Sra. Fernanda Melchionna (Requerimento): Sr. Presidente, requeiro o adiamento da discussão do PLE nº 025/15 por quatro Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de sua autoria.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Primeiro, é evidente que qualquer processo que interfira e trate de assuntos tão importantes como a delimitação de uma área de conservação no Município de Porto Alegre deveria, sem discussão, passar por uma audiência pública. Mas nós podemos fazer o debate em três focos: primeiro, em relação à reunião que, hoje, na COSMAM – com a Agapan, com os movimentos ambientalistas, com ativistas que participam das discussões ambientais da Cidade de Porto Alegre –, encaminhou um pedido para a Câmara de uma reunião conjunta entre o Parlamento Municipal de Porto Alegre e o Parlamento de Viamão. Uma audiência pública em que haja a participação de todos os entes, tanto do ponto de vista dos Legislativos e dos Executivos Municipais quanto dos movimentos sociais que têm que exercer a função de controle e uma função permanente de discussão de políticas públicas. Mais que isso, a própria Ver.^a Lourdes, na segunda-feira, trouxe um requerimento pedindo para a Câmara de Vereadores uma audiência pública. Eu passei por muitos projetos aqui na Câmara de Vereadores, Ver.^a Lourdes, projetos polêmicos inclusive – está aqui o Eduíno que não vai me deixar esquecer –, projetos como o Pontal do Estaleiro, projetos como o Cais Mauá, projetos que o Governo queria, com a sua maioria açodada, votar sem discussão com a Cidade. Processos que interferiam na lógica de Áreas de Preservação Permanente, como é o caso da nossa orla e como é o caso do Pontal do Estaleiro. Num processo de denúncia e de mobilização, não só se garantiu uma audiência pública como se garantiu uma consulta popular, em que 80% da população disse que não queria espigões residenciais na orla do Guaíba.

Nós poderíamos estar requerendo muitos mecanismos de participação popular, mas estamos requerendo audiência pública para discutir o projeto.

Eu trouxe esses exemplos porque, justamente, foi uma mesma prática de tentar votar de maneira açodada, e a cidadania se mobilizou para trazer as demandas para a Câmara de Vereadores.

Agora, inclusive, no caso do Cais, teve uma audiência pública no Grêmio Náutico União, com toda a nossa contrariedade ao lugar, porque não era um lugar central – afinal, estamos falando do Cais Mauá, que fica no Centro, e fizeram em outra região da Cidade. Apesar da forma como a Prefeitura organizou essa audiência pública, a ampla maioria dos presentes estava contra aquele projeto. E ontem foi publicada uma auditoria do Tribunal de Contas do Estado dizendo exatamente o que nós falávamos, prezado Rafael Lemes: que a empresa não apresentou sequer liquidez para fazer esse projeto, que achamos extremamente temerário, em função dos espigões, do hotel, de uma lógica de privatização dos espaços públicos e que, além disso, está eivado de irregularidades.

Por que eu trago este debate no encaminhamento do projeto do Saint'Hilaire? Porque o açodamento, a intolerância, o autoritarismo e a ausência de democracia têm feito sistematicamente erros enormes com a cidade de Porto Alegre e, por outro lado, priorizado projetos que atacam diretamente o direito da população.

Há o caso da Anita, por exemplo. A população era contra a trincheira da Anita, Lemes. Eu estava na audiência pública em que um engenheiro, morador da região, disse que havia uma rocha subterrânea e que essas máquinas da empresa licitada não contemplavam e não iriam conseguir retirar. A obra não está pronta até hoje e teve um aditamento do dobro do valor da obra. Por quê? Porque tem uma rocha na Rua Anita Garibaldi. E a Prefeitura, o Governo Melo/Fortunati não ouviu, porque, sistematicamente, querem passar a patola e, de maneira autoritária, votar projetos sem consultar a cidadania.

Eu não vou nem entrar no Parque Saint'Hilaire, porque vou ter a oportunidade; vamos debater a tarde inteira, se for necessário. Porque foi uma área comprada, são 240 hectares. Quais são as políticas que estão previstas no Sistema Municipal de Unidades de Conservação que não estão contempladas no projeto? E a pergunta que eu deixo para o Líder do Governo é: por que não democracia?

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Quero retomar, aqui, os argumentos que eu trouxe antes como Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Nós fizemos uma reunião no começo de agosto deste ano, e um dos encaminhamentos da reunião foi a sugestão de se fazer uma reunião lá no Parque, porque tem as dependências próprias. Está na minha mesa a ata da reunião da COSMAM que encaminhou uma reunião lá, provocando o Parlamento metropolitano. Se os temas da Região Metropolitana precisam ser discutidos com a Região Metropolitana, esse é um típico tema que afeta Porto Alegre, como também Viamão e a Região Metropolitana, ou os gaúchos todos.

Eu estava tentando postar aqui, mas estamos com problemas na Internet na Casa, fotos de duas placas – são fotos do Eduíno, que está presente nas galerias. Uma das placas de 1957, quando o então Prefeito Leonel Brizola inaugura o Parque, inaugura a construção. E a segunda foto mostra o então Prefeito Villela – e temos a felicidade de tê-lo como um dos nossos Pares, aqui –, que recebeu uma placa, em 1981, que é uma homenagem do grupo escoteiro ao então Prefeito Guilherme Socias Villela, agradecendo por sua dedicação e pelos trabalhos conferidos ao Parque. Então, estou aqui colocando dois exemplos. Seria importante que tivéssemos as imagens dessas placas – mas podemos acessar no Facebook do próprio Eduíno e ver as fotos – para dizer o quanto de história tem esse Parque. Antes, conversando com os promotores, eu falei da ideia que circula do tal hospital veterinário; não somos contra, somos a favor do hospital veterinário, mas não lá, seja pela distância ou pelo impacto que causaria construindo um hospital veterinário lá no Parque Saint'Hilaire.

Além dos encaminhamentos de uma Comissão, acho que é um tema que as outras Comissões deveriam se ater também ao fato de que não houve uma discussão ainda mais profunda. Nós, Vereadores participantes da Comissão, fizemos uma reunião – a Ver.^a Lourdes sugeriu o tema –, que é de enorme repercussão. Sabemos das questões que envolvem o direto à moradia, pessoas que estão lá ocupando a área já há muitos anos, e também somos sensíveis a esse tema. Mas o fato é que, se não me engano, Prof. Alex, em 1947, o Município de Porto Alegre comprou a área, e eu gostaria de resgatar esse histórico, inclusive. Talvez o então Prefeito, colega Vereador hoje, possa dizer, se é que tem na memória, porque, realmente, é um fato bastante atípico: uma cidade comprar área em um outro Município. Mas justamente foi aquela visão mais aberta, quero entender eu, de preservação do meio ambiente, e, como aquela área estava

também dentro da área de Viamão, Porto Alegre se dispôs a isso – inclusive, vejam que ousadia para os tempos atuais, um entendimento tal de proteção ambiental a ponto de comprar a área em outro Município para bem preservá-la. Por que esse entendimento não pode vigorar ainda hoje? Nós estamos aqui na contramão da história mesmo, entregando parte do que foi comprado. É verdade que não estamos aqui falando do direito de propriedade, espero que não, pois seria escancaradamente difícil de sustentar politicamente, estaríamos entregando a área que é do Município, então, pelo que entendi, só está se fazendo uma delimitação; mas está se abrindo mão, sim, da competência e da capacidade de gerenciar o Parque em seu todo. Uma administração conjugada é possível de fazer. Isso não é uma lei ou decreto, seja de Porto Alegre ou Viamão; não é uma norma legal que vai impedir uma sintonia entre as administrações de bem gerenciar um parque. Então, é um apelo que a gente faz.

Na segunda-feira não houve quórum aqui, o Governo já queria votar na segunda; espero que hoje retire, seja sensível e retire o projeto, façamos a audiência pública lá no Parque, fazendo com que as duas cidades sejam envolvidas, para que possamos fazer um debate mais ampliado e profundo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde senhoras e senhores que assistem as discussões na tarde de hoje, Vereadores e Vereadoras, eu me somo às vozes da Ver.^a Fernanda Melchionna e do Ver. Marcelo Sgarbossa para que a discussão desse projeto proposto pelo Executivo seja adiada.

Um projeto tão importante, que versa sobre uma unidade de conservação deve ter, no mínimo, um amplo debate prévio. A população precisa ser ouvida, precisa se inteirar do teor desse projeto de lei que vem até esta Casa. E eu destaco essa importância justamente a partir do que encontramos lá no Parque Saint'Hilaire. (Mostra documento.) Eu obtive alguns dados diretamente do *site* da Prefeitura de Porto Alegre, portanto são dados oficiais que o Município divulga, e estima-se que o Parque Saint'Hilaire apresente em torno de 161 espécies vegetais – dentre essas 161, 56 foram catalogadas, então, há o

pág. 27

registro delas, mas estima-se que haja 161 – e um número similar de espécies de vertebrados são encontrados dentro dos limites do Parque, como alguns mamíferos – anfíbios, répteis, peixes –, inclusive 88 espécies de aves, sendo que quatro delas são espécies ameaçadas de extinção no nosso Estado. Se temos uma unidade de conservação com uma área tão generosa na área física de dois Municípios, nós precisamos, pelo menos, ter um pouco mais de cautela, de cuidado sobre o que será decidido a partir desse projeto de lei.

Eu gostaria, sinceramente, de ouvir a opinião, em uma audiência pública, que pode ser, inclusive, na Câmara de Vereadores, do conselho consultivo do Parque Saint'Hilaire. Esse conselho foi criado em 2006, e eu não percebi, em nenhum momento, o posicionamento dos representantes desse conselho. Eles, em momento algum, são citados. Não foram ouvidos, não foram consultados? Então para que um conselho consultivo? Se há, por que não ouvi-los? Eu gostaria muito de ouvir a opinião desses indivíduos, desses integrantes. Nós temos, dentro desse conselho, 50% de pessoas representantes da sociedade civil e 50% dos órgãos governamentais; então que se posicionem, que tragam argumentos, que manifestem a sua opinião a respeito desse projeto tão importante.

O Parque Saint'Hilaire foi enquadrado, em 2003, dentro do sistema Nacional de Unidades de Conservação. Essas unidades são pontos fundamentais para manutenção da biodiversidade, da nossa biota, e nós temos aqui, em Porto Alegre, dentro dessa área, o bioma brasileiro que mais sofre ameaça, que é o bioma da Mata Atlântica, que, desde o início da ocupação do território que hoje conhecemos como Brasil, já sofreu agressão por parte dos colonizadores europeus. Portanto, devemos ter responsabilidade com relação a esse tema tão sensível. Não é questão, Ver. Rodrigo Maroni, de ser contra ou a favor do hospital veterinário, isso é ponto de coerência, de concordância entre todos os Vereadores desta Casa; é um serviço fundamental, deve ser implementado. Mas precisamos de responsabilidade com relação a essa unidade de conservação, e por isso vim até a tribuna fazer a defesa do adiamento, para que haja uma audiência pública e que nós possamos dialogar, conversar melhor e trocar informações a respeito desse projeto de lei. Grande abraço a todos. Uma boa-tarde.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, ambientalistas presentes nesta Sessão. Quero complementar os Vereadores que me antecederam dizendo da importância desse Parque que tem mais de 50 nascentes, 450 hectares de mata nativa, e cerca de 300 hectares de campo nativo. E a única fonte alternativa para abastecimento de água na Capital é a estação desativada do DMAE. Importante que hoje a Ver.^a Melchionna também apresenta um Requerimento solicitando que a discussão e votação seja postergada por mais Sessões. Eu não tive êxito na última reunião, inclusive havia pedido também diligências à Comissão e não fui atendida. E o projeto está aí, na Ordem do Dia. Realmente ele é relevante; tão relevante que o Ministério Público veio aqui, despendeu seu tempo para trazer maiores explicações que poderiam ter sido evitadas se houvesse audiência pública. Por que não uma audiência pública? Por que não querer discutir um tema dessa área tão importante para todos e que, por omissão do Poder Público, cada vez está sendo mais invadida e não tem tido soluções? Portanto, é muito importante que esse projeto seja discutido ou que venha com outras propostas, para que não se dê um cheque em branco ao Prefeito de Viamão, que alardeia que agora o Parque Saint'Hilaire é só de Viamão, sem fazer o seu devido ressarcimento, tendo em vista que esse Parque foi adquirido pelo Decreto-Lei nº 211, de 1944, da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense, localizada nos Municípios de Viamão e Porto Alegre, pela quantia, à época, sem correção monetária, de 1,5 milhão de cruzeiros. Então, tem toda uma história, uma história de Loureiro, que foi um grande urbanista que fez uma lei em que não pode doar, ceder ou fazer qualquer alteração na parte jurídica desse Parque. E hoje, sem discussão, sem passar pelas Comissões, querem colocar em votação algo tão importante para a Cidade. Certamente esse Requerimento vai proporcionar que se discuta mais um Projeto tão relevante e que não se diga amém para tudo o que vem para esta Casa. Obrigada.
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu gostaria que a população de Porto Alegre entendesse por que nós estamos pedindo tempo e audiência pública. E é isso, não é ainda nenhuma posição contrária ao projeto. Eu, lendo aqui, queria que os senhores e as senhoras soubessem que nós temos que votar baseado em uma descrição com um mapa que não dá sequer os limites, não localiza na Cidade, não localiza entre uma cidade e outra; é um risco, é um desenho esquemático que não orienta nada os Vereadores. Aí tem um inciso que vai descrevendo as margens e tal, e dizendo que nós temos que instituir o nosso parque em Porto Alegre. Mas, na real, na real, Ver.^a Lourdes, o que tem de concreto e de novo, me parece... Porque esse projeto não passou pela minha Comissão – Comissão de Educação, Cultura e Esportes e Juventude, nós não podemos votar, a nossa Comissão não estava incluída na Reunião Conjunta das Comissões, não passou por uma audiência, não podemos fazer o debate. Mas está sendo revogada uma lei, assinada pelo Prefeito José Loureiro da Silva, que diz o seguinte: “Proíbe a cessão, transferência ou doação de área pertencente ao Jardim Botânico, Parque Saint’Hilaire. Fica proibida a cessão, transferência, a qualquer título e qualquer que seja a dimensão de área integrante do Jardim Botânico, Parque Saint’Hilaire, situado no Passo do Sabão, entrada de Viamão, e criado pela Lei nº 16, de 29 de novembro de 1947. Parágrafo único, não será também permitida edificação alguma dentro das terras dentro do Jardim Botânico referido, que não seja de estrito interesse deste, e para complementar suas instalações destinadas ao conforto dos visitantes”. Eu, claro, vejo que ela é uma lei superantiga, de 1960, só que tem elementos que, com certeza, têm que receber adequações, áreas que estão ocupadas há muito tempo. Só que nós deveríamos receber juntos com a delimitação do Parque, já o estabelecimento de AEIS, discutido, negociado, circunstanciado, comprovado que não é uma área de enchente. Porque nós estamos vivendo situações em Porto Alegre de calamidade, e ao lado da grandiosidade, da calamidade e da solidariedade da população, que foi maravilhosa, que é maravilhosa, não se tem medidas saneadoras. Então, é o mesmo tema das Ilhas. Nós já temos, há muito tempo, seis terrenos indicados pelo Governo do Estado, que são terrenos que

poderiam receber a realocação dos moradores das Ilhas. Nós temos uma paralisia entre Estado e Município, que não tomam providências, prioridade para que essas famílias saiam, enfim, das águas e das áreas inundáveis. Então, se há ocupação no Parque Saint'Hilaire, e nós sabemos que há, nós precisamos de um estudo e aqui já deveria vir para nós, Vereadores, construído: “esta aqui será regularizada, é perfeitamente regularizável, está há tanto tempo e essas famílias irão para tal terreno e vai virar parque”. E aqui não. Na verdade, no texto, deixa aberto, deixa aberto; pode ser que regularizemos, pode ser que retiremos e continua no Parque, mas, ao suprimir essa lei, se permite a construção. E aqui está sendo falado que vai se construir um hospital. Como assim: hospital, onde, dentro de parque, aberto dessa maneira? Então, eu acho que não é uma forma, na verdade, respeitosa, com estes Vereadores e com a cidade de Porto Alegre, esta mudança. Eu insisto em que posterguemos a votação e vamos fazer uma audiência pública e entender melhor o que está sendo proposto.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 7 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**, 1 **ABSTENÇÃO**.

O Sr. Marcelo Sgarbossa (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLE nº 025/15 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

O Sr. Kevin Krieger: Sr. Presidente, o projeto já está em votação.

A Sra. Fernanda Melchionna: Sr. Presidente, eu levantei a mão para me inscrever na discussão. Eu me inscrevi!

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, nós estamos pedindo uma questão democrática, que a Câmara faça uma audiência pública. Não só não contente em fazer uma audiência pública, a Câmara, em conjunto, ignorou o pedido de uma Vereadora para se inscrever em discussão de uma votação que ficará marcada na história de cada um que decidiu que não quer ouvir a cidadania de Porto Alegre, que não quer fazer uma audiência pública para discutir com a Agapan, com os conselhos municipais de meio ambiente, com o conselho consultivo do Parque Saint'Hilaire, com as comunidades que precisam, sim, ser regularizadas, com o movimento de proteção de defesa dos animais que querem um hospital veterinário, uma discussão inclusive do local sobre se lá é o melhor lugar. Eu não participei dessa discussão, mas sei que tem nas redes sociais. Agora, qual é o problema de se discutir, da democracia, da Câmara fazer uma audiência pública para que as posições possam estar expressas numa área que foi comprada em 1947 por 1,4 milhão de cruzeiros? Uma área que foi proibida de ser transmitida, doada, permutada por uma lei municipal. Uma área que é uma Unidade de Conservação do Sistema Municipal, votada pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre. É verdade, foi votada cinco anos depois de eu estar aqui na Câmara. Porque, infelizmente, Ver.^a Lourdes, quando é para os empreiteiros e para a especulação imobiliária, o Governo e a Câmara votam rápido. Agora, quando é para discutir temas ambientais de proteção ao meio ambiente, aí demora cinco anos! Quando é para discutir que a população possa ter mais direitos, nesse caso um direito à informação, um direito à democracia, está sendo tirado pelo voto da maioria. E não está sendo tirado só o direito à democracia da participação popular, como também o direito à democracia dos Vereadores poder discutir a matéria. Que tem um mapa e a delimitação de áreas, que a Ver.^a Lourdes pediu diligência, e foi entregue pela Secretaria do Meio Ambiente. Eu falei com um funcionário do quadro, que disse que nem se discutiu esse projeto, Ver.^a Lourdes! Foi feito um decreto para fazer uma cedência da área. Um escândalo! Um decreto alterando a delimitação do Parque Saint'Hilaire! E aí teve toda uma discussão da obviedade de que um decreto não podia passar por cima de uma lei municipal. E hoje, então, veio à Ordem do Dia, sendo aprovado em uma Reunião Conjunta das Comissões, e a minha Comissão não participou, é verdade, porque nós não teríamos dado acordo para incluir um projeto dessa magnitude numa Reunião Conjunta das Comissões que não tem condições de fazer uma análise técnica, que não tem a Comissão de Saúde e Meio Ambiente capaz de

seguir debatendo o tema, porque a COSMAM fez o seu papel, quem não fez foi a Câmara de Vereadores, que deveria fazer uma audiência pública.

É verdade que o Governo, Presidente Mauro Pinheiro, pediu para votar em Regime de Urgência. E nós sabemos que o Governo tem maioria aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, mas suprimir a discussão, tolher a possibilidade de que se discuta o tema, há muito tempo eu não via na Câmara de Vereadores. E nós sabemos que um verdadeiro gesto autoritário e antidemocrático está sendo promovido nesse processo. Se o projeto é tão bom, nós poderíamos discuti-lo com o conjunto dos Vereadores da base do Governo, Ver. Kevin Krieger, se esses espaços tivessem sido garantidos. Se o projeto é tão bom, por que o Governo teme a democracia? Por que o Governo teme que tenha participação popular? Por que o Governo teme que haja a possibilidade de todos discutirem, coletivamente, uma área tão importante do município de Porto Alegre? Hoje ainda está no município de Porto Alegre, foi uma área adquirida pelo município de Porto Alegre, que é parte das unidades de conservação do município de Porto Alegre, que só podem ser alteradas por audiência pública, realizada no município de Porto Alegre, o que não está sendo feito! E o que mais me impressiona, é que a Constituição Federal diz que deveria ter independência dos Poderes. O que mais me impressiona é uma prática da maioria, que é uma maioria daqui, pelos métodos, que nós tanto combatemos, do loteamento da máquina pública, dos partidos amigos da Administração Municipal. Mas eu fico pensando nessas consciências: dormem tranquilas sabendo que tiraram da democracia da cidade de Porto Alegre a possibilidade de discutir um projeto como esse? Pode ter tranquilidade sabendo que na Constituição diz que o Legislativo deveria ser uma instituição independente do Executivo para promover os debates referentes à cidadania? Eu não dormiria!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, pela oposição.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Novamente, boa tarde a todos, venho encaminhar esse pedido mais para compartilhar uma frase. Durante a construção da nossa personalidade,

nós somos, de certa forma, moldados, ou moldamos o nosso caráter a partir de exemplos que nós temos ao nosso redor. Meu pai é homem de opiniões muito fortes, e boa parte delas, eu diria a maioria, diverge das minhas opiniões pessoais. O meu pai tem uma opinião que eu gostaria de compartilhar, a partir do que eu acabei de presenciar aqui nesta Casa. Nós estamos percebendo um projeto que está indo a votação, com uma gana, com um ímpeto por parte do Executivo, por parte da Prefeitura, do Prefeito Fortunati, do Vice-Prefeito Sebastião Melo, e eu não entendo: por que tanta gana assim? O Parque é de décadas atrás, é do século passado, ele não poderia esperar mais uma semana, duas semanas, para ter consolidada a sua delimitação? Eu acho isso muito estranho. A reunião de Líderes que definiu a colocação dos projetos do Executivo para a Reunião Conjunta das Comissões, não tinha esse projeto. Ele foi contrabandeado para a Reunião Conjunta das Comissões. Ele foi contrabandeado! Ele não estava previsto, ele não foi colocado para a Reunião Conjunta das Comissões. E aí, percebendo a falta de diálogo, a falta de abertura da base governista e a disposição tão grande dos Vereadores que representam o Prefeito Fortunati e o Vice-Prefeito Sebastião Melo em colocar de imediato para votação este projeto, eu lembro de uma frase do meu pai: “Quando as coisas vindas do Governo são apressadas é porque alguém está ganhando uma bola”. Meu pai é um homem de opiniões fortes, e eu disse que não concordo com a maioria delas. E ele, quando eu era adolescente, eu deveria ter uns 13, 14 anos, usou essa frase, que me marcou: “Quando as coisas são colocadas com muito ímpeto, com muita vontade, de forma atropelada, sem consulta popular, alguém está ganhando uma bola” – e isso veio à minha mente neste momento e resolvi compartilhar com vocês, Vereadores. Com certeza, eu não estou recebendo bola. Quero ouvir o conselho consultivo do Parque Saint’Hilaire, eu me disponho a ouvir a sociedade civil, os grupos preservacionistas, conservacionistas, porque preciso, na minha atividade parlamentar, ouvir o que a população pensa, ouvir o que os diferentes setores da população estão pensando. Se forem favoráveis, que ótimo, vamos votar, mas por que esta pressa? Espero que meu pai não tenha razão nesse ponto, sinceramente. Boa tarde e vamos continuar os nossos trabalhos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar o Requerimento de sua autoria.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Mais uma vez volto aqui para tentar fazer com que os Vereadores da base repensem. Não há problema aqui, foi um projeto que entrou há poucas semanas na Casa, passou por uma discussão em agosto, quando não tínhamos nem o projeto ainda, mas discutimos na Comissão de Saúde e Meio Ambiente. E, a todo o momento, chegam fatos interessantes, novos. Um deles – pelo menos, não era do nosso conhecimento – é a ação civil pública movido pelo Ministério Público contra os Municípios de Porto Alegre e Viamão e contra o DMAE e DEMHAB, sobre questões ligadas ao meio ambiente, sem citar as questões dominiais da propriedade. O Ministério Público solicita: “a) suspender os efeitos do Decreto nº 19.130/2015, do Município de Porto Alegre; [Não o tenho em mãos, apenas a cópia da petição inicial] b) impor ao Município de Viamão a obrigação de não licenciar qualquer empreendimento localizado na área que integrava os limites do Parque Saint’Hilaire, assim estabelecidos pelo Decreto nº 14.289/2003, do Município de Porto Alegre, enquanto não houver lei oriunda de Porto Alegre desafetando a área; c) impor ao Município de Porto Alegre a obrigação de não iniciar qualquer obra ou empreendimento localizado na área que integrava os limites do Parque Saint’Hilaire, assim estabelecidos pelo Decreto nº 14.289/2003, do Município de Porto Alegre, enquanto não houve lei do Município de Porto Alegre, desafetando a área; d) impor multa diária no valor de R\$ 500,00 caso descumprida a ordem. Esta foi uma ação ajuizada no dia 30 de setembro de 2015”. Vejam, estamos aqui trazendo fatos novos, intervenção do Ministério Público, não questionando, logicamente. Quero fazer justiça. Na reunião que fizemos ali, rapidamente, até achei que era uma reunião do Governo com o Ministério Público, depois percebi a presença do Prof. Alex e acabei entrando na reunião. O Ministério Público, obviamente, não está interferindo na esfera da decisão política, mas quando coloquei, ao final da reunião, aos promotores e às promotoras, a necessidade, a justificativa política da construção do hospital veterinário, eles disseram que não há nada oficial. Não há nada oficial, e o próprio Ver. Maroni sobe nesta tribuna dizendo, de uma certa forma, que, sim, que esse é o projeto político de ali se ter um hospital veterinário, como eu e o Prof. Alex colocamos. Não temos nada contrário à construção, acho que o Prefeito deve cumprir a promessa feita, há muitos

anos, da construção do hospital veterinário, só não ali, não precisa ser ali, nem pela distância, nem pelo impacto, numa área de preservação. Esta é a primeira questão.

E tenho em mãos – deixo à disposição – um documento da COSMAM, um dossiê do Parque Saint’Hilaire com inúmeros documentos, o histórico, as questões todas que envolvem, a sua biodiversidade, inclusive com fotos, trazido aqui - se não me engano - pelo Instituto do Meio Ambiente da PUCRS, que estava presente nesta reunião, e também colocando a preocupação com a preservação daquela área.

Estou aqui falando de duas instituições de renome, uma delas é o Ministério Público, que é um ator na discussão mais global do Parque, reconhecendo a autonomia política desta Casa de fazer a lei que entender necessária, mas se colocando para mostrar que estamos falando de algo de interesse; e do Instituto do Meio Ambiente da PUCRS, que participa desta reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente e traz algo intitulado, claro, que o título sempre chama a atenção, Dossiê Parque Municipal Saint’Hilaire. Sem falar das questões que a própria Ver.^a Sofia trouxe. O projeto tramitou na Reunião Conjunta das Comissões, ou seja, se faz uma reunião aqui, com votação simbólica, e sequer o mapa de onde nós estamos tratando é lei, nem claro está, praticamente é uma reprodução de algo que não se consegue nem visualizar o fundo do mapa. Então, estamos votando às escuras, eu diria, não temos sequer noção do que estamos votando, pela própria falta de instrução do processo legislativo de responsabilidade do Executivo, que propôs a presente lei.

Então, é mais um pedido de retirada da priorização; audiência pública, como foi encaminhado na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, e, como a própria Ver.^a Sofia colocou, pode representar a nossa bancada, não estamos nem adiantando posicionamento contrário ao projeto, queremos ouvir mais, porque acho que é possível construí-lo de uma forma mais participativa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, o que está em discussão aqui é por que a pressa de votar um projeto que define um mapa do

Parque Municipal Saint'Hilaire, de um acordo que foi estabelecido em 1992. E há dois elementos de que gostaria de falar. Primeiro, sobre o princípio e o processo que colocou Porto Alegre no cenário mundial que é a democracia participativa. E nós defendemos, na prática, a democracia participativa ou o Governo assume a responsabilidade de que está rasgando a cartilha da democracia participativa, a título das denúncias que vieram a esta Câmara nesta semana. Aqui está e estão membros que são do conselho do Parque Saint'Hilaire. Se o Parque Saint'Hilaire tem um conselho, e esse conselho não ouviu a proposta do projeto de lei, não foi consultado, por que votar isso, descumprindo uma construção da participação da sociedade de Porto Alegre, que é o Conselho do Parque Saint'Hilaire, e, também, da parte do Conselho Municipal do Meio Ambiente? São dois conselhos cujos pareceres deveriam estar aqui.

Líder do Governo; prezados Vereadores do Governo; prezado ex-Prefeito Ver. Guilherme Socias Villela; prezado Ver. João Antônio Dib, que está nos ouvindo na sua casa, falo isso porque o João Antônio Dib era um engenheiro que me acompanhava aqui nesta casa. Vejam bem o que está escrito aqui, é uma aberração o que está escrito aqui, é um erro! Como é que nós vamos votar o que está sendo dito aqui, Ver. Kevin Krieger? (Lê.): “Art. 1º-A: Fica delimitada a área física estimada de 240 (duzentos e quarenta) hectares do ‘Parque Saint-Hilaire’ no território do Município de Porto Alegre, demarcada e descrita conforme planta anexa a esta Lei. Parágrafo único: A descrição sistemática foi realizada com base em levantamento planialtimétrico de 2002...”

Bom, se tem um levantamento planialtimétrico – aqui fala um engenheiro com conhecimento em topografia – que medida do parque tem que ser exata! Não pode vir num projeto de lei dizendo: fica delimitada área física estimada em 240 hectares. Isso não é delimitação!

Eu chamo a TVCâmara aqui, por favor. (Mostra mapa.) Vejam bem o mapa anexo aqui. Esse é o mapa e observem que não tem coordenada, não tem localização, nem Norte tem neste mapa! E o outro é este aqui. (Mostra mapa.) Nossos ouvintes TVCâmara, quem é que consegue ver isso aqui? Se quiserem votar, votem, mas saibam que estarão votando com irresponsabilidade um projeto que está malfeito, incompleto, incorreto e que tem a falta da participação da comunidade.

O que custa esperar, monitorar o projeto como ele deve ser, um projeto com a competência que deveria ter uma Secretaria do Meio Ambiente? Se ele é de responsabilidade da Secretaria do Meio Ambiente, não pode haver um projeto assim.

Ver. Cecchim, o senhor tem uma empresa que faz calçamentos, pedras. O senhor faz um contrato dizendo que vai calçar aproximadamente 2 mil metros quadrados? Não. O senhor faz um contrato dizendo que vai calçar 1.999 metros quadrados. E vai receber por isso.

Este projeto diz que “fica delimitada a área física estimada em 240 hectares, conforme planialtimétrico”. Planialtimétrico não estima, ele determina com precisão. E o projeto está errado. Não tem precisão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu quero dar continuidade à minha fala sobre este importante parque municipal natural Saint’Hilaire e me referir à Lei Complementar nº 679, de 26 de agosto de 2011, que em seu art. 29 diz (Lê.): “Somente mediante lei específica precedida de audiência pública e parecer favorável do Comam, poder-se-á transformar total ou parcialmente as Unidades de Conservação do Grupo de Proteção Integral ou Unidades do Grupo de Uso Sustentável”. Ainda: “Somente mediante lei específica precedida de audiência pública e parecer favorável do Comam poder-se-á fazer a redução dos limites de uma Unidade de Conservação, onde o parque já está legalmente enquadrado. E fica vedada por lei a desafetação total ou parcial de Unidades de Conservação”.

Então, esta lei não está sendo revogada com este projeto que o Município está nos enviando, porque ele está enviando um projeto de lei simples, do Executivo; em vez de ser um projeto de lei complementar. Então, se nós votarmos na corrida este projeto, certamente isso trará consequências legais. E também há pessoas que têm esse interesse em conhecer tudo o que está acontecendo no Parque Saint’Hilaire, e eu tenho suspeitas: por que essa pressa? O que está por trás? Fala-se também que o Prefeito de Viamão quer fazer um parque temático; onde vai ser esse parque temático? Vai invadir a

unidade de conservação? Desde quando se faz um parque temático dentro de uma unidade de conservação? Sabe-se que isso não é permitido.

Também quero dizer que há um laudo que custou em torno de R\$ 240 mil, que é o Estudo da Situação Socioambiental das Áreas de Risco do referido Parque, que foi encaminhado à 10ª Vara da Fazenda Pública, e ele não foi concluído, pois seriam mais R\$ 900 mil à época, porque teria que se identificar as pessoas que estão lá para que fosse feita a regularização fundiária. Mas o que eu tirei desse processo na Justiça e que me chamou a atenção? O que foi que de imediato eles recomendaram? “Ações ambientais específicas.” Vejam bem como é que está o Parque; e essa é uma falha de gestão de quem tem a responsabilidade de administrar esse Parque. Diz ainda: “Remoção do acúmulo do lixo sólido que se encontra nos arroios da unidade e no entorno; ampliação e ligação dos domicílios da rede coletora geral de esgoto, para acabar com o lançamento *in natura*; ações de monitoramento e vigilância, incluindo instalação de torres de observação de longo alcance; remoção das casas irregulares inseridas nas APPs e áreas de risco; recuperação florestal das APPs com plantio de mudas nativas; coletas periódicas de resíduos sólidos nas áreas ocupadas e entorno da unidade; ampliação de locais propícios para destinação do lixo em pontos estratégicos.” Então, se observa que, até agora, o Parque, conforme os representantes do Conselho falaram na reunião ordinária da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, está... Nem um lado assume e nem outro. Agora, veio essa proposta, que nós entendemos também, igualmente, como o que foi apresentado aqui, que devemos discutir mais, independente da presença dos promotores aqui, que vieram com tanto serviço na Promotoria do Meio Ambiente, principalmente de animais – que nós encaminhamos –, por falha de não termos realizado uma audiência pública. Então, acho que é salutar esse pedido de postergar essa votação, para que possamos votar algo que venha a contemplar uma das maiores áreas verdes que pertencem à cidade de Porto Alegre, que foi adquirida pela cidade de Porto Alegre, e que, se for o caso, se estude uma indenização dessa parte que vai ficar para outro Município. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Sofia Cavedon, o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 6 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**.

Em votação o PLE nº 025/15. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 025/15.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu apenas quero mais uma vez falar da impossibilidade que nós temos de examinar o grau de consequência do que vamos votar agora. Eu vou insistir, dizendo que o problema não parece ser o corpo do projeto, mas, sim, por ele revogar a proibição de cedência e construção de qualquer edificação que não esteja voltada às atividades do parque. Aqui desta tribuna tem sido falado, de maneira informal, sobre a construção de um hospital para o tratamento de animais – só que nós não sabemos em que área será –, e essa parece ser a grande motivação. É isso o que eu consigo depreender para justificar o não debate nesta Casa. Digo isso em razão da celeridade dos que defendem votar essa lei hoje. Mas eu queria chamar a atenção dos Vereadores no sentido de que, se nós revogarmos essa proibição, nós não a estaremos revogando apenas em relação a uma área determinada, circunscrita, que será destinada ao hospital para o tratamento dos animais. Eu, inclusive, nem tenho opinião sobre isto: se a área é bem ou mal localizada, se é o caso de alienar. Porque eu não sou daquelas que diz que, em nenhuma hipótese, se pode alienar uma área de parque. Daqui a pouco, ela está superocupada, precisa alienar um pedaço, há uma reivindicação da comunidade Mário Quintana para instalação de um posto de saúde numa área já utilizada por aquela comunidade, e que não está preservada como de proteção ambiental, então ali se poderia fazer, sim, um mapa alienando aquela área e destinando-a ao posto de saúde como quer a comunidade. Então, eu não sou contrária a isso, só que esse projeto não define qual será a área para esse tal hospital. Ao contrário, o projeto revoga a lei que proíbe construção e revoga para um total de 1.148 hectares sobre os quais estamos revogando a proibição de cessão, de doação e de construção. Eu não acho que a gente pode medir a dimensão do impacto dessa maneira. Eu preferia que o Governo tivesse trazido um mapinha e designado a área para o hospital para que claramente pudessemos avaliar, para que a sociedade pudesse avaliar e dizer: “Isso aqui está sendo suprimido do Parque, aqui vai ter construção.” Não está acontecendo isso! Na

pág. 40

verdade essa lei dá margem a uma invasão, a uma ocupação progressiva do parque, a uma desregulação. Na tese, na teoria, a gestão de uma área de gestão ambiental prevista resolveria esses problemas, mas nós sabemos que áreas grandes como essa, desse tamanho, parte numa cidade, parte noutra, acaba não tendo controle de ocupação, acaba não tendo manejo adequado. Nós acompanhamos o drama das cheias, aquelas árvores aquíferas e aqueles arbustos que estão se reproduzindo em quantidades absurdas na chamada Barragem da Lomba do Sabão tem feito transbordar a barragem, tem atingido as moradias, e não há manejo, não há formas de conter. A gente sabe que não é algo fácil para o Governo fazer esse manejo, fazer esse controle, seja ambiental, seja da fauna, e muito menos das ocupações clandestinas que vão se consolidando, e da utilização sem critério das áreas do Parque. Acho temerário não fazermos audiência pública, votarmos dessa forma simplificada. Em função disso e não em função de sermos contrários ao conteúdo é que a nossa Bancada votará contrariamente a esse projeto, lamentando e registrando que ele merecia melhor debate, maior apropriação da Cidade e mais qualidade técnica, mais precisão, mais proteção ambiental.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 025/15.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Venho à tribuna novamente, em nome do meu Partido, PSOL, em nome da Ver.^a Fernanda Melchionna, nossa Líder, dizer que, infelizmente, pela falta de democracia, pela falta de uma audiência pública, pela falta de clareza e transparência como foi conduzido este projeto, até o momento, nós vamos votar contrários.

Concordamos com alguns dos méritos. É necessária a delimitação da área? É necessário. O Ministério Público esteve presente nesta Casa, manifestou seu posicionamento de que há essa necessidade. Muito bem, com isso nós concordamos; ótimo. Agora, esse atropelo todo nos gera uma grande insegurança. E, por conta disso, votaremos contrários a este projeto.

Com relação a outras justificativas trazidas a esta tribuna por alguns Vereadores, com relação principalmente à área que vai ser destinada ao Hospital Veterinário, isto já é uma

opinião minha: acredito que é uma região muito afastada, a acessibilidade é ruim. Esse serviço é importante, é necessário no Município de Porto Alegre, mas lá no Parque Saint'Hilaire? Talvez alguns dos Vereadores precisassem ir até a região. Até o ano passado, como professor municipal, eu dava aula lá na EMEF Saint'Hilaire, que fica às costas do Parque, lá na parada 18 da Lomba do Pinheiro. O acesso ao Parque é posterior. A área planejada para a instalação do Hospital Veterinário é depois; é longe para caramba! A acessibilidade é terrível! Como é que a população que necessita desse serviço, que é importante, que é fundamental, que pode prevenir muitas zoonoses e ajudar no controle de muitas das doenças na população humana, como é que essa população carente vai acessar esse local? Se tem um cachorrinho um pouco maior, a lei que a Prefeitura propôs, no início deste ano, que libera a utilização dos ônibus para transporte de animais, já não vai servir. Porque um animal de grande porte não poderia ser encaminhado a essa região, salvo se a pessoa tivesse veículo próprio, o que vai ser um desserviço a essa população que necessita desta assistência. Agora, com relação, novamente, ao projeto proposto nesta Casa, gente, sinceramente, temos problemas. O projeto não versa, única e exclusivamente, sobre a delimitação do Parque. A Ver.^a Sofia, afirmou, e muito bem, que o projeto retira uma lei de 1960, a legislação federal que poderia amparar esse problema, mas dentro dos 1.140 e poucos hectares da totalidade do Parque nem toda essa área é Área de Preservação Permanente. Nós temos, aproximadamente, 950 hectares que são Áreas de Preservação Permanente, o restante é área destinada a outros fins, como lazer; 230 hectares, aproximadamente, são áreas destinadas a outros fins, como lazer. Então, me causa muita preocupação que não haja delimitação na unidade de Porto Alegre do que é Área de Preservação Permanente e que vai ter outros fins. Acho que esse é um projeto incompleto, porque, se ele delimita, deveria delimitar também a finalidade das áreas específicas para preservação e para recreação e implementação do hospital veterinário... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...entre outros fins, que nós sabemos, há ocupações nessa região que, por ser uma unidade de conservação, não são passíveis de regularização. E o que faremos com essa população? Eles não têm direito à moradia? Ontem a CEDECONDH promoveu um grande debate a respeito da AEIS. Temos um déficit na cidade de Porto Alegre, e esse

projeto não ajuda em nada a situação da população, da natureza e da implementação do hospital público veterinário no município de Porto Alegre. Boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 025/15, pela oposição.

O SR. ENGº COMASSETTO: Presidente, meus colegas Vereadores, eu volto a esta tribuna um tanto desapontado, achando desnecessário, inclusive, que nós precisemos continuar o debate, pelo fato de que é muito ruim; este plenário é o que tem de pior exemplo de um Parlamento, quando se tem um monólogo, quando se tem somente um lado falando e a maioria parece que é surda, muda e desconstituída de qualquer inteligência, porque não vem dialogar. Nós estamos dizendo que o projeto tem um erro, um erro! Sabe o que é um erro? O projeto fala em aproximadamente 240 hectares, conforme a topografia. Não pode isso! Isso é um erro técnico! Votar um projeto que diz que tem um mapa, e esse mapa não tem referência, esse mapa não tem coordenadas, esse mapa não tem norte... E diz que o levantamento planialtimétrico, conforme executado em 2002, portanto há 13 anos, é de aproximadamente 240 hectares. E quem falou até agora aqui na tribuna? Falou o Ver. Prof. Alex Fraga, pelo PSOL; falou a Ver.^a Sofia Cavedon, pelo Partido dos Trabalhadores, minha colega; falou a Ver.^a Lourdes Sprenger, que tem uma leitura contrária ao projeto; falou a Ver.^a Fernanda Melchionna. Estou falando, queremos dialogar com a base do Governo: nós vamos votar um projeto errado? Vai ser aprovado, Ver. João Carlos Nedel – o senhor que é exigente com razão, quando diz que esta Casa tem que ter segurança, certeza e rapidez no que faz?

Meu querido Ver. João Antonio Dib, que nos ouve, mande uma mensagem para a base do Governo – o senhor como engenheiro, assim como eu, que sou engenheiro agrônomo –, diga que não votem o projeto com esse erro. Será isso cabível. Ver. Dr. Goulart, o senhor, que voltou agora para o Parlamento, aprovava um projeto quando estava no DEMHAB que determinava construir aproximadamente 200 casas? Isso não existe! O que está sendo discutido aqui e será votado é hilário! É um paradoxo da falta de um Parlamento inteligente, é falta da capacidade de termos um Parlamento inteligente. Parlamento é lugar de *parlar*, e aqui é o lugar do contraditório. Ou será que só um lado tem razão e o

outro é mudo? Eu li ontem uma frase do Rappa que diz o seguinte: “Paz sem diálogo não é paz, é opressão.” Nós queremos diálogo! Nós queremos construir com o contraditório. Nós queremos ter opinião. Nós queremos acertar. E esse projeto está errado. A oposição autêntica desta Casa votará contra o projeto. Mas nós não queremos votar o projeto, nós queremos que o Governo corrija o projeto! E votaremos com o Governo, porque ninguém é contra demarcar o Parque. Esse projeto não passou pela CUTHAB, Comissão que tenho a honra de presidir. Foi feita uma comissão conjunta quando eu viajava, eu estava em uma atividade de representação externa. Eu digo que não teria passado pela nossa Comissão com esse erro, nós teríamos pedido uma diligência ao Executivo Municipal para corrigi-lo.

Não votaremos no erro. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Idenir Cecchim: O Ver. Comassetto tem um prestígio muito grande com o Ver. Dib, porque ele já mandou uma mensagem dizendo que votaria a favor do projeto, se aqui estivesse.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 025/15.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, é a última fala antes da votação. Eu não vou falar em oposição e nem em situação, vou falar dos conhecimentos que obtive e da demanda que me foi feita sobre este projeto, que considero com falhas e que não se sustenta, na medida em que não é um projeto de lei complementar. Eu quero ler uma colocação que foi feita pelos Promotores Annelise Steigleder e Heriberto Ross Maciel, em 3 de outubro de 2015, numa liminar que pedia a anulação do Decreto de Viamão e do Decreto de Porto Alegre. (Mostra documento.) Podem fotografar, porque eu vou ler exatamente o que diz aqui. “Estes decretos representaram um retrocesso social, pois as questões fundiárias, a implantação do plano de manejo desta unidade de conservação, temas que estão sendo tratados na presente ação civil pública, não foram equacionadas, de sorte que a estratégia de reduzir a proteção jurídica sob a unidade de conservação do Parque Saint’Hilaire comparou-se no intuito do Município de Porto Alegre subtrair-se de

pág. 44

sua responsabilidade pela preservação deste espaço. Talvez seja isso também a pressa pela omissão de ter deixado o Parque ser invadido e de ter ocorrido tantas falhas dentro de um dos maiores parques de Porto Alegre.”

Também eu quero dizer – e não preciso falar muito, sou da causa animal desde meados de 2000, quando iniciamos em Porto Alegre – que nós precisamos, sim, de um local para assistência imediata de animais em Porto Alegre, que fosse mais centralizado. Eu acompanhei bem essa discussão, desde 2009, onde a pedra fundamental seria lançada no bairro Jardim Botânico, e de repente, se evaporou a ideia, saiu do noticiário, e aparece o mesmo local, na Lomba do Pinheiro. Custa em torno de R\$ 70,00 a R\$ 80,00 um táxi para se levar um animal para atendimento nesse local. E sabemos que quem leva lá são pessoas carentes, não são as pessoas que têm um melhor poder aquisitivo, porque estas pagam clínicas, ou a baixo custo, ou ao preço normal.

Então, eu lamento muito, porque a gente sabe aqui que vai ser aprovado, que este projeto passe, mesmo tendo uma lei complementar que exige uma audiência pública, sem audiência pública, sem ouvir os demais Vereadores nas comissões, porque, conforme o art. 81, é de direito fazer este tipo de procedimento, porém não é possível que um projeto importante como esse, que trata do nosso Parque Saint’Hilaire, seja votado dessa forma, sem ser dada uma maior atenção. Inclusive, eu tenho certeza que muitos colegas que estão aqui votando não conhecem o Parque por dentro, não sabem as espécies raras que tem, não sabem a preocupação dos biólogos com os corredores, que são imexíveis para preservar a natureza. Segunda-feira estive aqui a ONG Mira-Serra, formada por doutoras em biologia, que integram todos os Conselhos de Meio Ambiente do País, e vi colegas se preocupando com a natureza, se preocupando com os animais silvestres, mas, hoje, pelo que vejo, não é tão grande a preocupação, a preocupação é votar o pedido do Governo. Este projeto tem falhas; nós vamos levar avante. Se não tiver esse acordo, essa discussão, nós vamos levar avante, vamos ver se isso não é possível ser discutido com maior tempo. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo Ofício nº 1185/15, do Vice-Prefeito Sebastião Melo, comunicando que se ausentará do Município de Porto Alegre no período de 30 de outubro a 4 de novembro, em gozo de férias já vencidas, sem ônus financeiros

para a Prefeitura. Informa que nesse período estará visitando familiares em Piracanjuba, Goiás.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLE nº 025/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM**; 5 votos **NÃO**.

O Sr. João Bosco Vaz (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PR nº 030/15. Após retornarmos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Bosco Vaz. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

O Sr. Marcelo Sgarbossa: Sr. Presidente, gostaria de registrar, em nome das Bancadas de oposição, mesmo a Ver.^a Jussara não estando presente, a Declaração de Voto em relação ao projeto, por não ouvir a população e por estar tecnicamente equivocado no nosso entendimento.

A Sra. Fernanda Melchionna: Registro também a nossa posição enquanto Bancada do PSOL, minha e do Ver. Prof. Alex, afirmando que é um verdadeiro escândalo não ter havido uma audiência pública e um debate com a cidadania de forma democrática em relação à questão do Parque Saint'Hilaire.

O Sr. Engº Comassetto: Sr. Presidente, é mais uma preocupação. Ontem, eu votei, e depois meu nome apareceu como ausente. Agora, eu votei, e apareceu como não votado. O senhor já declarou o resultado, mas eu gostaria que fosse verificado se está ocorrendo algum problema com o nosso equipamento.

A Sra. Lourdes Sprenger: Sr. Presidente, o meu voto contrário foi por todas as manifestações já realizadas, na minha opinião e de avaliação técnica e assessoria jurídica que tive, atendendo o pedido das entidades que me procuraram.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Estão feitos os registros, Srs. Vereadores.

Em discussão o PR nº 030/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Marcelo Sgarbossa (Requerimento): Presidente, só quero fazer um esclarecimento. Eu já tinha feito, na Sessão passada, o pedido de adiamento de votação do PLL nº 103/14, que vamos votar agora. Requeiro, então, o adiamento da votação do PLL nº 103/14 por três Sessões e o adiamento da discussão e votação do PLL nº 065/14 por três Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Kevin Krieger (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PELO nº 001/12 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Kevin Krieger. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLE nº 030/15. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLE nº 030/15.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, esse projeto trata de um empréstimo de R\$ 35 milhões, de uma lei de 1º de outubro de 2014, que é destinada a uma gestão fiscal. Tem dois temas que são importantes aqui, Ver. Reginaldo Pujol e Ver. Kevin Krieger, Vice-Líder e Líder do Governo, respectivamente. Primeiro, o tema do endividamento do Município: nós estamos assistindo a uma situação de endividamento do Município e dos municípios, de um modo geral, de forma a comprometer os recursos públicos e os próprios investimentos sociais. Infelizmente, em nome das obras da Copa, que boa parte não estão concluídas até hoje no Município de Porto Alegre – acho que

nem 10% das obras que entraram no pacote da Copa foram concluídas –, também endividou muito o Município. E algumas obras que tiveram bastantes críticas da cidadania; outras são obras da mobilidade que seriam importantes, mas que não terminam nunca, como é o caso dos BRTs, por exemplo. E também de temas que são extremamente estranhos, como o caso do BRT da Av. Bento Gonçalves que terminaram de fazer e já estão novamente com as máquinas lá, inclusive, foi questão que entrou nos questionamentos de leitores do jornal Zero Hora. Nós estávamos fazendo um Pedido de Informação pelo gabinete porque é um escândalo. O Governo gasta milhões, fica pronto e daqui a pouco já tem máquinas lá de uma forma que é, no mínimo, estranha.

Bom, este projeto trata de R\$ 35 milhões, portanto, mais endividamento. Mais do que isso, ele trata por uma gestão fiscal, e olhando os critérios do Programa de Gestão Fiscal, trata muito dessa questão da informatização da gestão fiscal nos municípios. Um tema que também já foi objeto de discussão, não só na Câmara, como também em CPI, Ver. Mauro Pinheiro, que é Presidente da Câmara e foi Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito quando nós discutimos o SIAT, que foi um sistema contratado por R\$ 12 milhões – na verdade R\$ 6 milhões e depois mais R\$ 6 milhões sustados pelo Tribunal de Contas do Estado. Embora a Procempa tivesse toda a tecnologia para fazer esse sistema, o Governo contratou a Consult, uma empresa bastante suspeita que veio parar no Município de Porto Alegre.

Bom, foi feito o SIAT, que queriam aditá-lo sem ter sido entregues as cláusulas do acordo da Prefeitura com a Consult. O Tribunal de Contas teve que suspender o aumento desses recursos pagos pelo SIAT, e pasmem, Porto Alegre arrecadou menos porque o sistema não funciona, porque o sistema é uma porcaria. O IPTU não entrou conforme deveria entrar, porque as plantas de atualização entre 2013 e 2014 não entraram com o novo sistema. Então, Porto Alegre pagou mais, desmereceu a empresa pública e ainda perdeu recursos. Não tem lógica! Aliás, não tem lógica nenhuma, a não ser a lógica do que foi investigado na CPI da Procempa. Neste caso, nós estamos falando de contratos milionários, no caso do SIAT, e outros tantos escândalos de corrupção que, infelizmente, assolaram o Município de Porto Alegre, não só na empresa de tecnologia, mas também na Secretaria da Saúde – recursos públicos do nosso povo, que nunca mais retornaram.

Agora, um novo empréstimo, de R\$ 35 milhões. Não é lógico, pelo menos no que diz respeito à questão da gestão fiscal, que é o que está dito que é o objetivo do projeto, e não é lógico do ponto de vista do endividamento do Município.

Sabemos que existe uma séria discussão, por exemplo, da dívida do Estado com a União. O nosso Deputado Pedro Ruas está à frente de uma Frente Parlamentar na Assembleia. Eu acho que um bom estudo é fazer também uma investigação das dívidas do Município de Porto Alegre, sejam elas com os bancos públicos, sejam com o BID, sejam quaisquer dessas operações financeiras que foram feitas ao longo dos anos e que, obviamente, impactam os recursos públicos. Acho que é um tema fundamental para se fazer no que diz respeito ao Orçamento Municipal e o comprometimento dele com dívidas.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 030/15.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, mais um empréstimo que a Prefeitura busca. Eu tenho o entendimento de que toda a forma que os governos encontram, dentro de um cuidado, dentro de uma medida razoável de financiar investimentos e não custeio, deve ser bem-vinda, porque eu não consigo admitir, por exemplo, que um governo, como o Governo Sartori, não consiga tomar iniciativas de nenhuma ordem a não ser reduzir direitos, como o dos RPVs, a não ser parcelar salários, a não ser não pagar os compromissos, deixar o Estado esburacado. Agora, lançaram um decreto dizendo que o Estado deixará de atender as crianças da Educação Infantil, ou seja, retirada a responsabilidade com os direitos da população. Só no Estado do Rio Grande do Sul, esse decreto do Governador significa que o Estado deixa de atender 12 mil crianças de quatro e cinco anos, exatamente quando a legislação vai determinar a obrigatoriedade do atendimento de quatro e cinco anos, a partir do início do ano que vem. Eu sei que essa não é responsabilidade do Estado, porém quando tem oito mil crianças – só em Porto Alegre – para ingressarem na Educação Infantil obrigatória, não é possível, unilateralmente, o Estado, que vinha atendendo nas suas escolas, se retirar. Isso significa causar um impacto ainda maior, uma dificuldade ainda maior para garantir a vaga da criança pequena perto da sua casa. Então, os governos que fazem essas escolhas, para

mim, são governos que abrem mão da gestão, da responsabilidade com o cidadão e com a cidadã. Portanto, a escolha que Tarso fez, nos seus quatro anos, foi buscar recursos, como aqui o Fortunati está propondo, para investimento. Neste caso, são R\$ 35 milhões; no caso do Governo Estadual, só para o Instituto de Educação foram R\$ 30 milhões, e tem que começar a obra, porque a obra está licitada e eu espero que esse dinheiro não esteja no caixa único do Governo Sartori agora e o Instituto de Educação tenha, finalmente, a sua obra, que levou quatro anos para contratar o restauro total, para licitar o restauro total, enfim, para mediar com a comunidade o projeto finalístico. E aí, o que eu fazer de observação é que, via de regra, eu voto a favor dos investimentos. Nós votamos a favor de R\$ 80 milhões para a educação, Ver. Kevin Krieger, mas sou surpreendida na sequência, que a SMED entende que tem que criar sete CCs, gastar R\$ 3 milhões – ela e a gestão...

(Aparte antirregimental do Ver. Kevin Krieger.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: CCs não! Se colocar quadro técnico, eu duvido que o BID vai exigir que sejam cargos comissionados!

(Aparte antirregimental do Ver. Reginaldo Pujol.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Não, não é este projeto. Mas eu quero dizer que depois do investimento, não é possível querer contratar cargos comissionados para realizar os investimentos, Ver. Pujol. Vamos valorizar o servidor público. Hoje é dia dos servidores públicos. Hoje é dia 28 de outubro, dia do servidor público. E, infelizmente, a exacerbação da terceirização, em todas as esferas, em todos os governos, tem desvalorizado o servidor público, têm reduzido a nossa qualidade de intervenção na Cidade. Hoje o Ver. Engº Comassetto, quando comentava o Orçamento, dizia que as obras estão sendo feitas e refeitas em Porto Alegre – feitas e refeitas – seja o corredor da Av. Protásio Alves em permanente obra, desmancham, fazem de novo, isso é falta de qualidade técnica do funcionalismo municipal.

Então, eu acho é que nós, sim, temos que investir, buscar investimentos, buscar financiamentos, mas da forma como estão sendo executados em Porto Alegre são

intemerários. De um lado falta transparência, de outro lado falta equipe técnica para acompanhar a qualidade. As calçadas estão detonadas, as ruas estão detonadas, porque cada obra que entra, cada intervenção deixa mais um buraco, arrumam mal. Está muito ruim a execução, o trabalho articulado entre Secretarias está muito ruim. Então é bem-vindo o investimento, mas tem que ter democracia, tem que ter qualidade técnica, para que a Cidade se beneficie e não só se endivida.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 030/15.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão conosco nesta tarde, nossos telespectadores e ouvintes, estamos tratando do processo que propõe alteração da Lei nº 11.694, de outubro de 2014. E eu sou Relator-Geral desta matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, CEFOR e CUTHAB. E o projeto é bastante simples. A Câmara aprovou, em 2014, que hoje é a Lei nº 11.694, em que fica autorizado o Executivo a contratar operações de créditos, inc. II, com a Caixa Econômica Federal até o limite de R\$ 35 milhões. Portanto, o valor de R\$ 35 milhões, Ver. Villela, já está autorizado o Executivo a tomar, de acordo com uma lei de 2014. Agora, o nosso próprio agente financeiro e executor pede que isso seja melhor definido no inc. II, Ver. Paulo Brum. Ou seja, ao invés de mantermos a redação em que fica o Executivo autorizado a pedir R\$ 35 milhões para a Caixa Econômica, nós vamos dizer: que ele fica autorizado, através da Caixa Econômica, a pedir até o limite de R\$ 35 milhões – nenhuma novidade –, com recursos provenientes do BID – até aí estava no projeto original – para a aplicação obrigatória no Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros. No caso, Porto Alegre entraria também. Portanto, senhoras e senhores, nós estamos apenas definindo que os recursos do BID, nesse limite de R\$ 35 milhões, serão aplicados na modernização da gestão e da administração fiscal.

Eu quero registrar que isso está sendo aplicado no País inteiro. E quero citar um exemplo: a fiscalização do Estado do Rio Grande do Sul, a menos de um mês, com pouco mais de dez auditores fiscais, conseguiu uma autuação de R\$ 300 milhões! Se nós analisarmos

uma folha de R\$ 1 bilhão, no Estado, nós vamos ver que 30% da folha de um mês foi conquistada apenas numa operação fiscal atrás de sonegadores. Então, é interessante para os municípios brasileiros uma gestão pública moderna, aparelhada.

Portanto, eu quero aqui dizer – e repetindo – que nós estamos apenas explicitando para onde irão os recursos que estão sendo tomados junto ao BID por exigência do próprio órgão financiador. Eu quero registrar que o aporte é uma exigência, e que o objeto da exigência, que é, Ver. Kopittke, a aplicação de recursos na modernização da máquina pública e fiscal, é importante para a cidade de Porto Alegre, onde os recursos públicos, sabemos, estão cada vez menores. Aquele abraço. Vamos votar favoráveis porque o projeto é interessante, bastante simples, atende às exigências dos nossos órgãos financiadores e é bom para a cidade de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLE nº 030/15.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Sr. Presidente, venho aqui me manifestar sobre esse projeto e manifesto, Ver. Ferronato, uma grande concordância com a sua fala e com a importância do projeto, pois queremos uma gestão moderna, forte, uma gestão fiscal, mas, obviamente, respeitosamente, com uma diferença: eu quero tudo isso porque a atual gestão da Prefeitura de Porto Alegre, em dez anos, não foi capaz de melhorar a gestão fiscal da Cidade. Pelo contrário, Ver.^a Sofia, a gestão do ex-Vereador e atual Vice-Prefeito Sebastião Melo, teve o caso que o nosso Presidente muito bem investigou, com força e com firmeza, do SIAT: R\$ 12 milhões que até hoje ninguém sabe, ninguém viu. Aliás, vi o Ver. Cecchim sempre muito atento, corretamente, doa a quem doer, nas questões de corrupção, e vimos aqui, nos anos de maior crescimento do País, a arrecadação de IPTU do Município caiu. Conseguiram uma façanha! Enquanto o País subia, Porto Alegre descia, e ainda tivemos o maior escândalo de corrupção da história da Cidade, exatamente na área do tal do *software* e Procempa, eu não sei muito bem, dinheiro pela janela. Porto Alegre viveu isso. Achávamos que era coisa só de Brasília e vimos em Porto Alegre mais um caso de corrupção.

Portanto, queremos melhorar, temos que modernizar a gestão fiscal, sim, temos que aumentar a transparência. Aliás, Porto Alegre está ficando bem para trás. Nos índices de transparência que faz a ONG Transparência Brasil, que faz a CGU, Controladoria-Geral da União, o nosso Município de Porto Alegre está ficando para trás na transparência. Quando tentamos analisar aquele *site* da transparência e é um parto descobrir o que foi executado, para onde e como. E principalmente na arrecadação, Porto Alegre regrediu. Até sair a nota fiscal eletrônica aqui na Cidade foi um parto, um parto daqueles longos, demorados.

Eu conversava hoje com alguns empresários da construção civil e eles me relatavam seu desespero, porque parece que tem que ser amigo de alguém para ter os projetos aprovados em Porto Alegre. Não sai projeto em Porto Alegre. Desde quem quer fazer uma reforma em casa sabe dessa dificuldade, até empreendimentos, investimentos. Porto Alegre hoje é uma das cidades mais demoradas para um projeto ser aprovado. Precisa, sim, gestão. Não essa, cansada, 12 anos, já deu o que tinha para dar, já mostrou o que tinha para mostrar e se cansou, se emaranhou em relações que não sabemos, que foram aparecendo aqui na CPI que o nosso Presidente Mauro Pinheiro conduziu contra a corrupção muito bem, exatamente na área de gestão fiscal. Então, é bem-vindo o recurso gerido pelo BID, gerido pela Corporação Andina de Fomento – CAF. É isso que queremos desta Cidade, só que precisamos ter uma gestão à frente dela que efetivamente queira fazer mudanças na Cidade. Porque a atual gestão, cá entre nós, conseguiu a façanha de reduzir a arrecadação tributária da Cidade nos áureos anos do nosso País; que dirá o que vem pela frente! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Paulo Brum reassume a presidência.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Fernanda Melchionna, o PLE nº 030/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) 8 votos **SIM**; 1 voto **NÃO**. Não há quórum.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h45min.)